



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS,
JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



SABRINA KEZIA DA SILVA

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A SAÚDE MENTAL:
Um relato de experiência**

**Mariana – MG
2018**

SABRINA KEZIA DA SILVA

**A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A SAÚDE MENTAL:
um relato de experiência**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, desenvolvido sob a orientação da Prof.^a Ms. Regina Célia da Cruz.

**Mariana – MG
2018**

S586p

Silva, Sabrina Kezia.

A população em situação de rua e a saúde mental [manuscrito]: um relato de experiência / Sabrina Kezia Silva. - 2018.

69f.: il.: color.

Orientadora: Prof^a. MSc^a. Regina Celia Cruz.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Pessoas desabrigadas (Situação de Rua) - Conselheiro Lafayette (MG) - Teses. 2. Saúde mental - Teses. 3. Serviços de saúde mental - Conselheiro Lafayette (MG) Teses. I. Cruz, Regina Celia. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 364.65(815.1)

Catlogação: ficha@sisbin.ufop.br

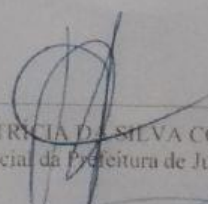
"A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E A SAÚDE MENTAL:
um relato de experiência"

Discente: SABRINA KEZIA DA SILVA

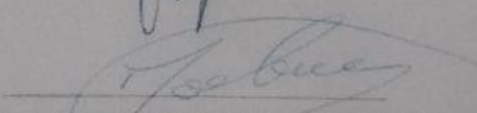
Orientadora: Regina Célia da Cruz

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.


Aprovado em: 06 / 02 / 2018



Profª Esp. PATRÍCIA DA SILVA COUTINHO
Assistente Social da Prefeitura de Juiz de Fora



Profº Dr. RICARDO LUIZ NARCISO MOEBUS
Faculdade de Medicina – UFOP
Departamento de Medicina de Família, Saúde Mental e Coletiva – DEMOSC



Profª Ms. REGINA CÉLIA DA CRUZ
Curso de Serviço Social da UFOP

Agradecimentos

A Deus por ter me concedido sabedoria e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais Eva e Fábio, que mesmo diante dos obstáculos, sempre me apoiaram em todas as decisões e nunca me deixaram desistir.

A minha família, pela paciência e dedicação ao longo de minha formação.

Aos meus amigos, que mesmo eu não estando tão presente quanto gostaria, sempre me apoiaram.

Ao Centro POP de Conselheiro Lafaiete e seus trabalhadores, que foram de suma importância no desenvolvimento dessa pesquisa.

Ao corpo docente desta Universidade, que tão bem desempenharam seus papéis.

A minha orientadora Regina, por compartilhar comigo seu conhecimento e pelo seu empenho e dedicação.

Resumo

A presente monografia traz uma aproximação entre a população em Situação de Rua e a saúde mental, dentro do modo de produção capitalista. Aqui daremos destaque às relações de trabalho, as diversas formas de preconceito sofrida por essa população, a constante perda de direitos, bem como a luta para conquista-los. Serão também apresentados os diversos serviços que compõe a rede de assistência e que fazem o atendimento a população em Situação de Rua. Essa pesquisa foi realizada no Centro POP de Conselheiro Lafaiete em Minas Gerais, contém relatos de pessoas que estão em Situação de Rua, trabalhadores do Centro POP e de moradores da cidade citada.

Palavras-chave: População em Situação de Rua, Centro POP, Saúde Mental

ABSTRACT

The present monograph brings an approximation between the population in Street Situation and mental health, within the capitalist mode of production. Here we will highlight the labor relations, the various forms of prejudice suffered by this population, the constant loss of rights, as well as the struggle to conquer it. It will also be presented the various services that make up the assistance network and that serve the population in the Situation. This research was carried out at the POP Center of Conselheiro Lafaiete in Minas Gerais, contains reports of people who are in a street situation, POP Center workers and residents of the city.

Keywords: Population in Street Situation, POP Center, Mental Health

“O que mata um jardim é esse olhar de quem por ele passa indiferente. E assim é com a vida, você mata os sonhos que finge não ver.”

(Mario Quintana)

Lista de siglas

ASMARCOL – Associação dos Catadores de Materiais Reciclados de Conselheiro Lafaiete

BPC – Política Nacional de Assistência Social

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas

CENTRO POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CF – Constituição Federal

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

GRUPO LESMA – Liga Ecológica de Santa Matilde

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MSTM – Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental

NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família

OMS – Organização Mundial de Saúde

PBF – Programa Bolsa Família

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PSF – Programa Saúde da Família

RD – Redução de Danos

SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência

SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidades Básicas de Saúde

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

Introdução.....	1
1. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: A VIDA NAS RUAS E A PERDA DE DIREITOS	4
1.1 Elementos que Produzem essa População.....	8
1.2 Serviços na Rede de Assistência que Atendem a População em Situação de Rua	12
1.3 Saúde e Saúde Mental das Pessoas em Situação de Rua.....	16
1.4 A Redução de Danos e o Serviço Social.....	19
2. CONSELHEIRO LAFAIETE, CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS ESPECIFICIDADES	22
2.1 O Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua de Conselheiro Lafaiete.....	23
2.2 A Importância de se Obter Parcerias e sua Contribuição para o Desenvolvimento do Trabalho	29
2.3 Composição da Equipe do Centro POP de Conselheiro Lafaiete e sua Importância Dentro do Setor.....	32
2.4 O Desenvolvimento do Trabalho do Assistente Social Dentro do Centro POP.....	34
3. A VIDA NAS RUAS: O PASSADO, O PRESENTE E A INCERTEZA QUANTO AO FUTURO DIANTE DO ATUAL CONTEXTO NACIONAL	37
3.1 O Uso de Substâncias Psicoativas no Contexto das Ruas.....	41
3.2 A Situação de Rua e o Enfrentamento a Violência e ao Preconceito.....	45
3.3 Desejos, Sonhos e Conquistas.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	55

Introdução

Iniciei a presente monografia apresentando uma parte da história do Brasil, explicando como se dão os processos que resultam na pobreza, gerando a população em Situação de Rua e os efeitos perversos do capitalismo na vida das pessoas, pois foi a partir de seu surgimento que as expressões da questão social se intensificaram.

Historicamente, o trabalho é uma atividade vital para o sujeito, ele é a base para que as pessoas se desenvolvam de acordo com suas necessidades individuais ou coletivas. O homem e a mulher interagem com a natureza, eles a transformam para satisfazê-los. Essas transformações produzidas na natureza são designadas por Marx como trabalho.

No decorrer do tempo, as pessoas aprimoram suas capacidades e desenvolvem as atividades realizadas de forma coletiva, potencializando a formação de um novo ser social. Surge então o trabalho não apenas para suprir suas próprias carências, mas sim para gerar e acumular valor. O trabalho aparece como elemento material da vida, mas não somente para atender necessidades humanas, mas para atender o modo de produção capitalista, ou seja, a acumulação.

Tendo em vista o modo de produção capitalista e as diversas expressões da questão social que surgem em consequência dele, a presente monografia tem como proposta trabalhar as questões que envolvem as pessoas em Situação de Rua e a saúde mental, levando em consideração que essa parcela da população se encontra em extrema pobreza e alta vulnerabilidade social.

Apesar de a questão ser antiga, ainda pode ser observado no Brasil um alto número de pessoas em Situação de Rua ou vivendo em moradias irregulares, indicando uma ineficiência crônica das políticas públicas voltadas para essa população.

A preocupação e importância em realizar a presente pesquisa se deram com inserção no campo de estágio, que foi realizado em um Centro POP no município de Conselheiro Lafaiete-MG. Visto que é um tema que atualmente ganhou grande

destaque principalmente pela violência e diversas situações de perigo que as pessoas em Situação de Ruas estão expostas.

Apesar das dificuldades encontradas durante a produção da presente pesquisa como o curto prazo de tempo e as dificuldades do contato com a equipe do Centro POP de Conselheiro Lafaiete, a proposta aqui trabalhada tende a expor a importância da população em Situação de Rua no atual debate sobre a saúde mental, evidenciando também como o modo de produção capitalista influencia na vida dessas pessoas e através do olhar de quem está em situação de rua, saber como eles se veem dentro da sociedade e como a sociedade os vê. Além de expor as leis e programas assistenciais voltados especificamente para essa população.

Para a escrita dessa monografia, foram realizadas diversas pesquisas bibliográficas, um aprofundado estudo dentro do Centro POP de Conselheiro Lafaiete, além de entrevistas com usuários e equipe técnica do setor e moradores do município.

O presente estudo conta com o contexto histórico de lutas, perda e conquista de direitos, que hoje são garantidos por lei, mas que continuamente estes são negados. Essa negação de direitos já adquiridos faz com que se torne necessário uma intensa luta pela reafirmação e conscientização, como uma forma de garantir aquilo que já é assegurado por lei.

Aqui veremos os diversos motivos que levam algumas pessoas a viverem nas ruas, desvendando o “mito” de que todos que ali estão são drogados ou foram para as ruas devido ao uso de drogas ou pelo simples fato de “querer estar” nessa situação.

Também são apresentadas as diversas formas que esses sujeitos encontram para conseguir seu sustento, já que o mercado de trabalho formal geralmente lhe fecha as portas, devido à baixa escolaridade, falta de uma profissão ou apenas por preconceito.

Outro fator de grande importância que é abordado no presente texto é o trabalho desenvolvido pelo Centro POP de Conselheiro Lafaiete. Sendo que esta é uma instituição que trabalha pela garantia dos direitos da população em Situação de

Rua, bem como a promoção de sua autonomia e combate ao preconceito. Apresentamos ainda uma muito breve história do município onde realizamos a pesquisa.

Trazemos para o debate a produção de Rede na atenção a essa população, as dificuldades enfrentadas na operacionalização desse serviço, a reação da comunidade e como as parcerias são importantes para o bom desenvolvimento do trabalho.

A discussão dos direitos tem a participação de quem está em Situação de Rua, pois ao conhecê-los, essa população se une aos demais na incessante busca por sua conquista. Esse debate também precisa ser feito com a comunidade, a fim de diminuir o preconceito e deixar claro que o trabalho desenvolvido com esses sujeitos não é um trabalho assistencialista ou caracterizado como um favor, mas sim que essas pessoas são dotadas de direitos, deveres e autonomia, bem como todos os cidadãos e cidadãs desta sociedade. Há também a preocupação com o compromisso de produzir um debate com os profissionais envolvidos no trabalho com essa população, para que possam desenvolver projetos cada vez mais potentes na promoção da emancipação de quem está em Situação de Rua.

1. A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL: A VIDA NAS RUAS E A PERDA DE DIREITOS

A história do Brasil desde o seu descobrimento até os dias atuais é marcada por diversas expressões da “questão social”¹, que provém das desigualdades e contradições produzidas pelo capitalismo e tem como principal característica a contradição entre capital e trabalho. Dentre as expressões da questão social podemos dar destaque a População em Situação de Rua. Fazendo com que essas pessoas não possuam condições adequadas de vida e sobrevivência.

Uma pesquisa publicada pelo IPEA com base em dados de 2015 projetou que o Brasil tem pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas. O Texto para Discussão Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil aponta que os grandes municípios abrigavam, naquele ano, a maior parte dessa população. Das 101.854 pessoas em situação de rua, 40,1% estavam em municípios com mais de 900 mil habitantes e 77,02% habitavam municípios com mais de 100 mil pessoas. Já nos municípios menores, com até 10 mil habitantes, a porcentagem era bem menor: apenas 6,63%. (IPEA, 2017).

A População em Situação de Rua faz parte de uma sociedade que, por vezes, tem uma visão preconceituosa sobre ela, pois ao se deslocarem dos padrões impostos, o senso comum nos leva a pensar que essas pessoas se encontram em tal situação devido ao uso do álcool e outras drogas, ou simplesmente porque querem, e que elas são as responsáveis por sua condição, sendo chamados de “bandidos”, “indolentes” entre outros.

Essa relação entre a bebida alcóolica e a Situação de Rua, deixa mais evidente o olhar preconceituoso da sociedade sobre essa população. Pois, é comum vermos a bebida alcóolica sendo incentivada pela mídia e por grandes empresas que trabalham com a produção e distribuição da mesma. É a partir desse pressuposto que se cria uma grande contradição, onde de um lado a bebida é vista como uma forma de socialização e lazer e por outro, como motivo de exclusão e marginalização, criminalizando o sujeito e sugerindo sua internação ou tratamento.

¹ A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (IAMAMOTO, 2012, p. 168).

Esse tipo de pensamento, dotado de puro preconceito, está presente de diferentes formas dentro de uma sociedade que é dividida em classes sociais, que criminaliza a pobreza para manter uma ordem social burguesa já estabelecida.

Como veremos mais adiante, apesar de estarem incluídos em um mesmo contexto social de exclusão e discriminação, cada indivíduo possui uma história de vida e particularidades distintas. São vários os motivos que levam as pessoas a viverem nas ruas, o que faz com que cada um tenha uma demanda específica.

Estar em Situação de Rua significa ser estigmatizado, ter menor acesso à espaços de reafirmação de direitos, além de estar exposto a diversas formas de violência. Essa violência muitas vezes vem daqueles que deveriam proteger a sociedade, como é o caso da violência policial. Seja pelo preconceito já enraizado na sociedade, seja pela sua cor, sexualidade, religião ou condição social. De acordo com Melo (2016) as pessoas em Situação de Rua sofrem grande repressão policial. E por vezes, esse tipo de abordagem não é vista como uma violação de direitos, mas sim como necessárias para a manutenção da ordem burguesa.

A falta de segurança somada à repressão e violência vindas tanto da sociedade quanto dos próprios companheiros de rua faz com que a banalização da morte e o medo sejam constantes na vida dessas pessoas. Ao mesmo tempo em que a violência distancia, ela também une quem está em Situação de Rua, pois se formam grupos para se proteger dos perigos aos quais estão frequentemente expostos.

O fato é que, apesar da morte ser frequentemente narrada como um risco cotidiano, nem toda morte se torna necessariamente um evento especial ou ganha destaque em termos de repercussão pública. Compreendo que isso se deve ao fato de que a atenção a esses eventos não é resultado direto do número de mortes, de quem são as vítimas individualmente ou mesmo das formas como os ataques se manifestam. Trata-se, sobretudo, de uma relação entre a presença de determinados corpos e seu extermínio em um território improprio. A morte, quando exposta aos olhos da cidade, produz publicamente a exacerbação e a viabilização de um discurso frequentemente escamoteado no cotidiano. E assim, apresenta fraturas sobre as possibilidades de existência e visibilidade social de determinados corpos, formas de ocupação e uso das cidades, do acesso à justiça, segurança e os limites sobre modos de vida que podem ou não serem tolerados e vidas que podem ou não serem vividas. (MELO, 2016, p.56).

O preconceito faz com que as Pessoas em Situação de Rua fiquem “invisíveis” aos olhos da sociedade, se tornando visíveis somente quando alguém se sente incomodado com sua presença. São excluídas do convívio social e por

diversas vezes são privadas de seus direitos básicos como saúde, alimentação, educação, moradia e o próprio direito de ir e vir e permanecer em locais públicos, tornando evidentes as múltiplas “expressões da questão social”².

A Constituição Federal estabelece, em seu Artigo 5º, a igualdade de todos os cidadãos brasileiros perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. No artigo 6º, lê-se que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (BRASIL, 2008, p.07)

Essa invisibilidade causa também a exclusão social. Quando um indivíduo é excluído socialmente ou economicamente ele se torna mais vulnerável dentro da ordem burguesa. Essa vulnerabilidade está intimamente ligada à condição de pobreza, pois ela pode excluir essa parcela da população dos serviços públicos, afetando ainda mais a garantia de seus direitos. Não é difícil encontrarmos situações em que pessoas não reconhecem seus direitos, tratando os serviços assistenciais e benefícios sociais apenas como uma troca de favores políticos.

A exclusão social é um processo que atinge principalmente pessoas de baixa renda. Ela ocorre em forma de discriminação, preconceito, práticas higienistas, entre outros. A sociedade tende a culpabilizar o próprio indivíduo por sua condição de excluído. “Essas pessoas são rejeitadas porque não correspondem ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e não são compatíveis com a economia capitalista” (SOUZA, 2017, p.27).

Ao relacionar a vulnerabilidade com população em situação de rua em uso de substâncias, nos deparamos com a perspectiva estigmatizante de que essa população é considerada socialmente vulnerável por produzirem modelos, modo de ser e referenciais excluídos da imaginada ordem social. Portanto, quando essas pessoas são vistas como vivendo fora de situações mínimas desejadas e estabelecidas pela sociedade são progressivamente vinculadas à marginalização, a inutilidade social e ameaçadora da ordem social (SOUZA, 2017, p.25).

Em muitos casos, ir para as ruas significa a conquista da liberdade e de novas possibilidades na busca de outra forma de sobrevivência. Um lugar onde o indivíduo não precisa seguir todas as regras que lhe são impostas. A não aceitação da sociedade a essa forma de vida, pode se tornar mais um elemento que leva o sujeito

² Entende-se por expressões da questão social, todos os efeitos negativos causados pelo modo de produção capitalista. Como o pauperismo, a violência, a repressão entre outros.

à exclusão. A exclusão social faz com que as ruas se tornem o lugar daqueles que não tem lugar.

Ainda compondo essa dinâmica de exclusão social estão os trecheiros, que são pessoas que saíram de sua cidade natal para viver de cidade em cidade, não se fixando em nenhuma delas. Apesar de possuírem características diferentes da população em situação de rua, os trecheiros recebem o mesmo tratamento dessas pessoas, pois não há uma política específica ou uma abordagem diferenciada para atender a essa população.

Como o trecheiro não pertence a nenhum município, pois 'abandonou' o seu para viver no trecho acabou sendo elevado ao status do que denominaremos de sem-lugar, pois estão suspensos de toda vinculação a algum ponto fixo, vagando de cidade em cidade sem receber outra atenção além daquela de continuidade de seu deslocamento (FREITAS, 2014, p.186).

Frequentemente, a assistência social tenta promover o retorno de pessoas que vivem no trecho para sua cidade natal e para sua família, quando não é possível são concedidas como benefício eventual, passagens rodoviárias para uma cidade próxima ou para a cidade que o usuário deseja ir, contribuindo para que o sujeito se mantenha em constante circulação e sem vínculos com nenhum dos municípios pelo qual transita. "A população de rua era enxotada dos logradouros públicos. Quando se tratava de trecheiros eram enviados para outra localidade e mantidos, dessa forma, em trânsito constante" (FREITAS; JUSTO, 2016, p.113).

Como veremos nos próximos capítulos, geralmente as pessoas que se encontram em Situação de Rua não possuem a oportunidade de construir novas trajetórias e perspectivas de vida, e essa falta de oportunidade somada a outros fatores que podem ser até mesmo psicológicos, fazendo com que o indivíduo sintasse desmotivado e sem autonomia, o que conseqüentemente aumenta o seu vínculo e aceitação em relação a Situação de Rua, tornando seu processo de saída cada vez mais difícil.

O avanço da acumulação faz com que, no desenvolvimento da produção capitalista, a demanda por máquinas, instrumentos, instalações materiais e insumos seja maior que a demanda por força de trabalho. Assim, uma parte (sempre variável, maior ou menor) do proletário aparece como sobranse em face as necessidades da acumulação; essa parcela de supérfluos (excedentes) constitui o exército industrial de reserva; trata-se, mesmo, de uma população que, diante das exigências da acumulação, pode ser designada como população excedentária ou superpopulação relativa (NETTO; BRAZ, 2012, p. 146).

O trabalho, sempre foi visto como imprescindível à reprodução da vida em sociedade. Em uma descrição marxiana, o trabalho é entendido como:

[...] um processo entre o homem e a natureza, o processo em que o homem, por sua própria ação medeia regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural, como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de se apropriar da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento sobre a natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica ao mesmo tempo a si próprio (MARX, 1984, p.149).

O trabalho tornou-se uma atividade dignificante exercida pelo homem e pela mulher e quem não trabalha não é merecedor(a) de usufruir sua vida social ativa, pois são rotulados(as) de preguiçosos(as), vagabundos(as), entre outros, e ainda mais grave é atribuir essa responsabilidade ao sujeito. Essa ideia de obter dignidade através do trabalho foi perpetuada com o objetivo de se manter e reproduzir a ordem instaurada pelo modo de produção capitalista, a qual Situação de Rua está intimamente relacionada.

Em uma sociedade onde tudo se torna mercadoria, incluindo a vida humana, e com o desenvolvimento dos meios de produção, acaba sendo gerado o “exército industrial de reserva”³ fazendo com que diminua a demanda pela força de trabalho. “O desemprego em massa não resulta do desenvolvimento das forças produtivas, mas sim do desenvolvimento das forças produtivas sob as relações sociais de produção capitalistas” (Netto; Braz, 2012, p. 147).

1 .1 Elementos que Produzem essa População

Antes do surgimento do capitalismo a sociedade produzia somente aquilo que era necessário para sua própria sobrevivência, ou seja, a preocupação era de suprir somente as necessidades básicas, sem o intuito de acumular bens. Pois, é no modo de produção capitalista que se acentua a acumulação.

³ Exército industrial de reserva é um conceito desenvolvido por Karl Marx na sua crítica da economia política, e refere-se ao desemprego estrutural das economias capitalistas. O exército de reserva corresponde à força de trabalho que excede as necessidades da produção. Para o bom funcionamento do sistema de produção capitalista e garantir o processo de acumulação, é necessário que parte da população ativa esteja permanentemente desempregada. Esse contingente de desempregados atua, segundo a teoria marxista, como um inibidor das reivindicações dos trabalhadores e contribui para o abaixamento dos salários. (Trindade, 2013)

Durante o período feudal, os proprietários disponibilizavam parte de sua terra aos servos, que deveriam pagar diversos impostos aos senhores e tinham seu trabalho explorado por eles. Os servos não podiam se afastar das terras onde trabalhavam se tornando prisioneiros dos senhores.

[...] o feudo pertencia a um nobre (senhor), que sujeitava os produtores diretos (servos); a terra arável era dividida entre a parte do senhor e a parte que, em troca de tributos e prestações, era ocupada pelos servos (glebas) – pastos, prados, bosques e baldios eram usados em comum. A propriedade da terra constituía o fundamento da estrutura social: a sociedade se polarizava entre os senhores e servos – e é preciso recordar que a Igreja católica, cuja alta hierarquia provinha da nobreza e com ela se identificava, detinha grandes extensões de terras, fonte da riqueza que respaldava seu enorme poder (Netto; Braz, 2012, p. 80)

O desenvolvimento do trabalho artesanal produzido pelos servos impulsionou a produção de mercadorias. Essa produção era realizada para troca e posteriormente passou a ser estimulada, trazendo liberdade para os servos e iniciando a formação dos comércios e das cidades.

A Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra na metade do século XVIII proporcionou uma mudança no modo de produção, que passou da manufatura para a indústria. Com essa mudança, o trabalho se tornou assalariado e surgiram variadas formas de exploração do trabalhador, com a finalidade de se obter lucros cada vez maiores.

Assim, operários eram obrigados a trabalhar em condições de trabalho precárias, como espaços reduzidos, longas jornadas, ambiente insalubre e de alta periculosidade. Todo o lucro gerado a partir dessa exploração se concentrava nas mãos dos proprietários dos meios de produção. Também durante esse período houve uma grande aceleração no processo de urbanização, pois, com o aumento da mão de obra demandada pelas indústrias, as cidades se tornaram um atrativo para aqueles que viviam no campo, resultando no agravamento do êxodo rural.

[...] a revolução industrial encerrou a transição entre o feudalismo e capitalismo, a fase de acumulação primitiva de capitais e de preponderância do capital mercantil sobre a produção. Em meio esta transição o camponês de forma súbita e repentina perde sua propriedade e passa a vender sua força de trabalho nas indústrias na cidade. Porém nem todos conseguem se adaptar a esta mudança brusca, ficando descartado da produção capitalista e, por conseguinte passa a sobreviver nas ruas. Descartados estes que acabam se tornando parte do “exército industrial de reserva” nas palavras de Marx qual fica à mercê de toda injustiça, em meio a falta de posto de trabalho (Klaumann 2015, p.3).

O crescimento desordenado das cidades e o aumento da migração causado pela incessante busca por empregos e melhores condições de vida, acabam agravando as diversas expressões da questão social dentre elas a habitacional, pois os municípios não estavam preparados para receber os migrantes. Com isso as condições de moradia foram se tornando cada vez mais precárias, pois sem um lugar adequado essas pessoas acabavam indo para as periferias ou ficando em Situação de Rua, o que torna ainda mais evidente a contradição existente entre capital e trabalho.

Desde o início do processo de acumulação capitalista percebe-se uma grande discrepância, a qual de um lado há um abundante crescimento da riqueza e de outro a pobreza cresce em larga escala. Independente das particularidades econômicas envolvidas ou do espaço onde o capitalismo se reproduz, sempre existirá essa dicotomia entre a riqueza e a pobreza gerada pelo modo de produção capitalista.

O trabalho excedente, ou seja, o trabalho que não é pago ao trabalhador possibilitou o avanço do modo de produção capitalista, resultando na apropriação privada dos meios de produção, tendo como consequência o aparecimento das classes sociais, suas contradições e desigualdades. Àqueles que não eram detentores dos meios de produção só lhe restava sua força de trabalho, que teria que ser vendida com o propósito de promover seu sustento.

De acordo com Marx, ao vender sua força de trabalho para o capitalista o trabalhador se torna um assalariado o que faz com que ele fique à mercê das regras e condições que lhe são impostas. Inserido nesse processo, o trabalhador era obrigado a enfrentar longas jornadas de trabalho em condições desumanas. A partir do trabalho não pago, o capitalista retira a mais valia. Segundo Marx;

O trabalhador torna-se tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador torna-se uma mercadoria tanto mais barata, quanto maior número de bens produz. Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz apenas mercadorias; produz-se também a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e justamente na mesma proporção com que produz bens. (MARX, 1984, p. 111).

Entende-se que ao mesmo tempo em que o trabalhador é o responsável por toda riqueza produzida, ele também é excluído dela, já que ela é apropriada pelo capitalista. Com isso fica evidente que as diferenças sociais não estão ligadas somente a má distribuição de renda, mas também a distribuição dos meios de

produção. Assim, podemos dizer que a produção capitalista de mercadorias e a mais-valia é também produção e reprodução das relações sociais. “Em suma: a produção capitalista só é viável se ela reproduzir as relações sociais que põem frente a frente capitalistas e proletários” (Netto. Braz, 2012. p.149).

Diante desse cenário as expressões da questão social foram se agravando, e ainda hoje frequentemente ela é vista como natural, como se a pobreza, a fome e a miséria fossem indissociáveis da vida em sociedade, sempre existiram e continuarão existindo. Assim, muitas de suas expressões acabam se tornando “casos de polícia” fazendo vir à tona mais violência e repressão. Para lamamoto (2001) a naturalização da questão social se dá juntamente com as transformações em objeto de programas assistenciais focalizados e de “combate à pobreza” ou em expressões de violência dos pobres, tendo como resposta a segurança e a repressão oficiais. Ainda de acordo com lamamoto, tal ação remete o passado, quando a questão social era vista como caso de polícia, ao invés de ser objeto de uma ação sistemática do Estado no entendimento às necessidades básicas da classe trabalhadora.

Muito tempo depois, praticamente um século após a Abolição da Escravatura, ainda ressoa no pensamento social brasileiro a suspeita de que a vítima é culpada. Há estudos em que a “miséria”, a “pobreza” e a “ignorância” parecem estados de natureza, ou da responsabilidade do miserável, pobre, analfabeto. Não há empenho visível em revelar a trama das relações que produzem e reproduzem as desigualdades sociais. (IANNI, 1989, p. 149)

Inseridos dentro dessa lógica capitalista encontram-se as Pessoas em Situação de Rua, que de acordo com a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua, podem ser caracterizados como:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e, ocasionalmente, utilizar abrigos e albergues para pernoitar. (BRASIL, 2008, p. 08)

A população em situação de rua faz parte da superpopulação relativa. E esta pode assumir três formas distintas: a flutuante, a latente e a estagnada. Em sua forma flutuante, estão as pessoas de meia idade. Que ora são excluídos do mercado de trabalho, ora são atraídos por ele. De acordo com Silva (2009), a população flutuante é típica do perfil contemporâneo da população em Situação de Rua no

Brasil, pois grande parte das pessoas que estão nessa situação não possui um trabalho formal e estão numa faixa etária mediana.

Sua forma latente consiste no processo migratório. Principalmente nos trabalhadores rurais que deixam sua terra para ir em busca de novas oportunidades nas cidades. Em pesquisa censitária realizada com a população em Situação de Rua apontou que:

Em Porto Alegre-RS, a pesquisa realizada nos anos 1994-1995 indicou um percentual de 9,40% de pessoas de origem rural, ao passo que na pesquisa de 1998-1999 esse percentual foi elevado para 31,60%. Em Belo Horizonte-MG, o censo realizado em 1998 apontou que 43,12% da população entrevistada é originária de outras cidades do interior de Minas Gerais, sem registrar se sua origem era urbana ou rural. (SILVA, 2009, p. 99)

A forma estagnada é composta por trabalhadores do mercado informal, sendo seu padrão de vida abaixo do padrão de outros trabalhadores, seja pelo baixo salário, seja pela precariedade do trabalho, ou pela falta de direitos trabalhistas.

No Brasil, no período analisado, a maior parte da população em situação de rua vivenciou essa condição antes da situação de rua e, na condição de rua, muitas pessoas assumem essa forma, sobretudo aquelas que realizam atividades como vigia, lavador de carro, engraxate, catador de materiais recicláveis, entre outras ocupações, principalmente do setor não-organizado. (SILVA, 2009, p. 100)

De acordo com Oliveira (2017), os problemas sociais econômicos e políticos resultantes da relação de classes estão mais complexos, já que as intermediações sociais necessitam de relações mais amplas, deixando de ser uma relação direta entre patrões e empregados e se tornando uma relação mundial.

1.2 Serviços na Rede de Assistência que Atendem a População em Situação de Rua

Até a década de 1980, a assistência social não era vista como um direito, mas sim como caridade. Após a Constituição de 1988 ela foi implementada como uma política pública e em 1993 foi implantada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), fazendo com que a assistência social repense sua atuação, reconhecendo os usuários como sujeitos de direitos na busca pela cidadania e garantia de direitos. Assim, “a assistência social se tornou um direito do cidadão e dever do Estado”.

A Constituição lança as bases para a seguridade social que envolve a garantia de atendimento universal de saúde, educação, Assistência social além da previdência social. Pela constituição se deu o processo de democratização dos serviços públicos, onde amplos debates se estabeleceram e também se acumularam propostas na relação entre Estado e sociedade civil, ações antes não estabelecidas nos governos militares (OLIVEIRA, 2017, p.151).

A luta pelos direitos da população em Situação de Rua surgiu através de instituições de caridade, geralmente ligados à igreja católica. Ainda em 1980, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), foram criados projetos voltados para crianças e adolescentes em situação de rua. Em 1995, foi criado o Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua, que possibilitou um maior acesso aos direitos constitucionais.

A luta pelos direitos sociais pela cidadania resultou em direitos inscritos pelos artigos 5º e 6º da Constituição Brasileira de 1988 que precisavam ser concretizados a partir da implementação de políticas públicas para esse segmento da população. Nesse contexto, entrando para a década de 1990, foi instalado o Fórum Nacional de Estudos sobre População de Rua (1993), que congregava trabalhadores das organizações de atendimento, especialistas e militantes, dentre outros (BRASIL, 2011, p.15).

De acordo com Melo (2016), o início dos anos 2000 foi um marco na organização da população de rua, já que foi neste período que os movimentos organizados e articulados para a pessoa em Situação de Rua ganharam destaque. Como a eleição de representantes da população em Situação de Rua no Conselho de Monitoramento da Política de Atendimento à População em Situação de Rua, no ano de 2003 em São Paulo.

Em 2005, a Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) realizou o primeiro Encontro Nacional da População em Situação de Rua, com o objetivo de conhecer os desafios e estratégias para a construção de políticas públicas voltadas para esse seguimento da população. Esse encontro serviu de alicerce para a construção da Política Nacional para a População em situação de Rua.

Em 2009, foi implantada a Política Nacional para População em Situação de Rua, que tem como objetivo atender as demandas dessa população. Apesar de ser considerada uma grande conquista, tal Política tende a incentivar o

empreendedorismo, não reconhecendo o direito de ocupar a rua, concluindo que esta deve ser apenas um lugar de passagem e não de moradia.

Como parte do esforço de consolidação do SUAS, em 11 de novembro de 2009, foi aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a Resolução nº 109/2009, que trata da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Esta, ao tratar dos serviços de proteção social especial de média complexidade, tipificou o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, prevendo como locus de sua oferta o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua, unidade prevista no art. 7º do Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009 (BRASIL,2011, p.09).

Para a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua e de acordo com a pesquisa nacional desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, nos municípios mais populosos e nas grandes capitais há maior tendência a concentração de pessoas em situação de rua, pois esses municípios possuem maiores recursos, oportunidades de emprego e serviços, atraindo assim, aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

É importante ressaltar que, embora sejam poucos visíveis na cena política nacional, são notadas diferentes formas de resistência dessa população às condições a que são submetidas nas últimas décadas. Particularmente, nas cidades de São Paulo – SP e Belo Horizonte – MG existem há mais de uma década, movimentos organizados de população em situação de rua em torno da luta por trabalho e políticas públicas acessíveis. Em outras cidades como Porto Alegre – RS, Recife – PE, Rio de Janeiro – RJ e Londrina – PR, entre outras, há iniciativas de fóruns e /ou organizações e, desde setembro de 2005, existe o Movimento Nacional da População de Rua – MNPR como expressão maior da luta e resistência dessa população em situação de rua. (SILVA, 2009, p. 116)

Como veremos mais adiante, para ter um atendimento mais efetivo às demandas da população em Situação de Rua, foi criado o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP). O Centro POP atende especificamente a população em Situação de Rua, oferecendo serviços de forma integrados a rede socioassistencial, promovendo a autonomia dos usuários, garantindo seus direitos e traçando novas trajetórias de vida àqueles que desejam sair da Situação de Rua. Segundo as orientações técnicas do Centro POP, esse serviço é o produto do amadurecimento das políticas públicas para pessoas em situação de rua e está previsto no Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Com o agravamento das questões sociais e as altas taxas de desemprego registradas nos anos 80 ampliaram-se as demandas por acesso a saúde,

educação, assistência social e trabalho e renda. Nesse cenário, o acelerado crescimento das cidades exigia investimentos em infra-estrutura, transporte, saneamento básico, energia elétrica e habitação, políticas que os movimentos sociais passaram a reivindicar, na perspectiva da garantia de acesso e enfrentamento das iniquidades observadas na realidade brasileira (BRASIL, 2011. p.13).

Para Oliveira (2011) as o trabalho do Centro POP deve respeitar as particularidades e subjetividades dos sujeitos:

Dentro do Centro POP deve se desenvolver um trabalho social de escuta qualificada, entendendo que este sujeito tem um determinado contexto familiar, social, econômico e cultural. É pela escuta qualificada que se tem condições para a elaboração do plano juntamente com os usuários, sendo este plano um norteador para guiar a equipe no desenvolvimento do seu trabalho social no âmbito dos serviços, bem como para delinear, junto aos mesmos, a construção de uma nova perspectiva de vida. A técnica de trabalho dos profissionais do centro deve, sobretudo, levar em conta a identidade e a subjetividade dos sujeitos acompanhados, de modo a favorecer o fortalecimento de sua autonomia. (OLIVEIRA, 2017, p.174)

Nos municípios que não possuem Centro POP esse serviço é oferecido pelo Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS). Que é o serviço responsável por fazer o acolhimento e atendimento de pessoas que tiveram seus direitos violados.

Outro serviço de grande importância para a população em Situação de Rua são os acolhimentos institucionais. Os serviços de acolhimento institucional podem assumir características diferentes, dentre elas estão as Casas de Passagem, Abrigos Institucionais e Repúblicas.

A organização dos diferentes Serviços de Acolhimento para Pessoas Adultas e Famílias em Situação de Rua tem como objetivo principal atender de forma qualificada e personalizada de modo a promover a construção conjunta com o usuário do seu processo de saída das ruas, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia. (BRASIL. p.02)

As Casas de Passagem oferecem acolhimento com privacidade para pessoas do mesmo sexo ou famílias em Situação de Rua. Geralmente esse tipo de acolhimento recebe pessoas que circulam por várias cidades e não permanecem por muito tempo nos municípios, como é o caso dos trecheiros e migrantes. As casas de passagem podem acolher até 50 pessoas com tempo de permanência de até 3 meses.

Trabalhará na perspectiva de atender a demanda específica, verificar a situação apresentada e assim realizar os devidos encaminhamentos.

Deverá conter equipe especializada para atender e receber usuários a qualquer horário do dia ou da noite e realizar estudo de caso para encaminhamentos necessário. Deve-se considerar que o sujeito/família está de passagem, em trânsito. (BRASIL, p.5)

Os Abrigos Institucionais assim como as Casas de Passagem podem acolher até 50 pessoas. O tempo de permanência nesses abrigos são de até 6 meses podendo ser estendido de acordo com a necessidade de cada usuário. Podem ser abrigadas pessoas de ambos os sexos, menores de 18 somente poderão ser acolhidas se estiverem acompanhadas dos pais ou responsáveis.

Deve ofertar atendimento individualizado e especializado, com vistas a conhecer a história da pessoa que está sendo atendida. É importante também que sejam realizadas abordagens coletivas a fim de favorecer o fortalecimento de vínculos sociais, comunitários e familiares. (BRASIL, p.3)

As Repúblicas oferecem proteção e buscam promover a autonomia de seus moradores de modo a reinserir essas pessoas na vida em sociedade e fortalecendo seus vínculos sociais. Esse serviço deve ser organizado em unidades femininas e masculinas e deve possuir limitação do tempo de permanência.

Sugere-se que este período não seja fixo, pois cada pessoa tem suas potencialidades e desafios que interferem no processo de desligamento do serviço. Esse processo deve ser construído conjuntamente com o usuário, com dignidade e respeito a sua vontade e nível de autonomia. (BRASIL, p.7)

Esses serviços integram a Proteção Social Especial de Alta Complexidade⁴ e têm como objetivo proporcionar à essas pessoas um local seguro e confortável para pernoite

1.3 Saúde e Saúde Mental das Pessoas em Situação de Rua

Ao tratar dos direitos das pessoas em situação de rua, nos deparamos com outro grande desafio: a saúde. Com a Constituição de 1988, com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e com base nos seus princípios de universalidade, equidade, e integralidade, a saúde tornou-se um direito universal, ou seja, é dever

⁴ Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário (Brasil, 2005.p.38).

do Estado garantir seu acesso a todos. Mas na realidade, as pessoas que estão em extrema vulnerabilidade social têm esse direito negado todos os dias.

A população de rua, além de ser vítima de fatores de exposição e agravo de doenças, não usufrui de adequada assistência à saúde, muitas vezes não realizando controle periódico de doenças crônicas, culminando em baixa adesão ao tratamento, quando tem acesso a este. (GARCIA; COSTA; GUIMARÃES; NEVES, 2016, p.189)

Para minimizar essa questão e otimizar o atendimento às demandas advindas dessa população foram criados os consultórios de rua. Essa estratégia foi implementada pela Política Nacional de Atenção Básica no ano de 2011, visando uma maior aproximação e facilidade ao acesso a saúde, proporcionando às pessoas que se encontram em Situação de Rua o acesso integral aos serviços de saúde.

A responsabilidade pela atenção à saúde da população de rua, como de qualquer outro cidadão, é de todo e qualquer profissional do Sistema Único de Saúde com destaque especial para a atenção básica. Em situações específicas, com o objetivo de ampliar o acesso destes usuários à rede de atenção e ofertar de maneira mais oportuna a atenção integral à saúde, pode-se lançar mão das equipes dos consultórios na rua que são equipes da atenção básica, compostas por profissionais de saúde com responsabilidade exclusiva de articular e prestar atenção integral à saúde das pessoas em situação de rua. (BRASIL, 2011)

Nesta perspectiva estão os chamados Consultórios de Rua que são compostos por equipes multiprofissionais. Essas equipes circulam pela cidade levando o atendimento àqueles que necessitam, o trabalho é realizado em conjunto com as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do território. Nos municípios onde não há consultórios de rua esse atendimento deve ser ofertado pelos demais serviços da atenção básica⁵.

⁵ A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, redução de danos e a manutenção da saúde com o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na situação de saúde e autonomia das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades. É desenvolvida por meio do exercício de práticas de cuidado e gestão, democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios definidos, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de cuidado complexas e variadas que devem auxiliar no manejo das demandas e necessidades de saúde de maior frequência e relevância em seu território, observando critérios de risco, vulnerabilidade, resiliência e o imperativo ético de que toda demanda, necessidade de saúde ou sofrimento devem ser acolhidos (Brasil, 2011).

Ao se destoarem do comportamento convencional que é imposto pela sociedade, a População em Situação de Rua carrega também o estigma de serem loucos e até perigosos e por isso precisam ficar afastados do convívio social, sendo “aprisionados” em clínicas ou casas de recuperação.

[...] a loucura só se tornaria problemática a partir da ordem moderna, sustentada nos ideais de igualdade, porque o louco se transforma em um ser semelhante, um cidadão com o qual podemos e precisamos nos comunicar e a quem se deve cuidado e tratamento (VASCONCELOS, 2010, p. 81).

A prática de internação como forma de aprisionamento era recorrente entre as décadas de 60 e 70, em que pessoas consideradas indesejadas pela família ou pela sociedade, independente de qual fosse o motivo eram excluídos, bastava não se enquadrar nos padrões impostos. Estas eram trancafiadas em hospitais psiquiátricos com o objetivo de promover uma limpeza urbana, levando a higienização das cidades. Esta mesma prática pode ser observada atualmente quando se trata de pessoas em Situação de Rua.

Nos principais países latino-americanos, os profissionais de saúde e saúde mental tendem a ter uma cultura terapêutica muito acentuada, que enfatiza o papel do profissional no processo de tratamento e cura, em detrimento de dispositivos de cuidado mais horizontalizados, centrados na perspectiva do *empowerment*, na autogestão e/ou co-gestão dos serviços e do suporte mútuo (VASCONCELOS, 2010, p.76).

Ainda envolvendo o campo da saúde, podemos mencionar também os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Instituição que possui grande importância no tratamento de pessoas que possuem algum tipo de transtorno mental e usuários de álcool e outras drogas.

Para que a saúde mental seja um direito de fato é indispensável, portanto, que os gestores públicos contemplem em seus planos e programas de governo as ações, os serviços e os equipamentos necessários à prestação de cuidados às pessoas com transtorno mental. Isso porque os serviços e atendimentos voltados a esse grupo – inclusive os dependentes de álcool e outras drogas e os que praticaram ilícitos penais – devem ocorrer na rede criada pelo Sistema Único de Saúde (SUS), em regime de cooperação e descentralização com as secretarias de saúde de estados e municípios. (BRASIL, p.10)

A política de saúde mental brasileira sofreu grandes mudanças após o ano de 1978. Liderado pelo Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM) e

juntamente com pacientes e familiares defendendo o início da reforma psiquiátrica. Essa reforma produz a luta pelos direitos de pessoas com transtornos mentais, pois os pacientes dos hospitais psiquiátricos viviam em péssimas condições e sofrendo diversos tipos de violência, fazendo com que a loucura se tornasse apenas mais uma mercadoria.

Assim a partir de 1987 começa uma grande luta para extinguir os manicômios do país. De forma a tratar o paciente sem a necessidade de uma internação prolongada, fazendo com que ele tenha convivência familiar e social. Na década de 90 foram implantadas as primeiras leis que garantem os direitos das pessoas com transtornos mentais como a Lei nº10.216, bem como a troca dos hospitais psiquiátricos pelo tratamento feito em rede, instituindo a rede de proteção psicossocial, regulamentada pela Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. A partir desse período foram criadas políticas voltadas especificamente para atender as demandas com essa natureza.

São de especial importância o surgimento do primeiro CAPS no Brasil, na cidade de São Paulo, em 1987, e o início de um processo de intervenção, em 1989, da Secretaria Municipal de Saúde de Santos (SP) em um hospital psiquiátrico, a Casa de Saúde Anchieta, local de maus-tratos e mortes de pacientes. É esta intervenção, com repercussão nacional, que demonstrou de forma inequívoca a possibilidade de construção de uma rede de cuidados efetivamente substitutiva ao hospital psiquiátrico. Neste período, são implantados no município de Santos Núcleos de Atenção Psicossocial (NAPS) que funcionam 24 horas, são criadas cooperativas, residências para os egressos do hospital e associações. (BRASIL, 2005, p.07)

O assistente social se tornou um profissional de grande importância na área da saúde mental. Com a responsabilidade social na defesa de direitos que a profissão possui, é possível fazer o levantamento de dados sobre o paciente e seus familiares, defendendo o acesso aos benefícios sociais, produzindo o trabalho em rede entre outros.

1.4 A Redução de Danos e o Serviço Social

A redução de danos (RD) tem como objetivo minimizar os efeitos de algo que pode ser nocivo a um indivíduo ou até mesmo a sociedade. Buscando oferecer uma melhor qualidade de vida, independência e bem-estar, sejam eles pessoais ou

coletivos. A redução de danos é um cuidado que considera as vulnerabilidades⁶ do sujeito, seja quanto ao uso de drogas lícitas e ilícitas, seja quanto as vulnerabilidades sociais. Ampliando a promoção de direitos e reconhecendo o sujeito como cidadão.

A promoção de estratégias e ações de redução de danos, voltadas para a saúde pública e direitos humanos, deve ser realizada de forma articulada inter e intra-setorial, visando à redução dos riscos, as consequências adversas e dos danos associados ao uso de álcool e outras drogas para a pessoa, a família e a sociedade (BRASIL).

Desde a primeira experiência brasileira com a redução de danos em 1989, essa estratégia de intervenção tem surtido grandes efeitos na vida de pessoas que fazem uso de drogas e daquelas que se encontram em vulnerabilidade social. Diminuindo o risco de infecções, agravamento ou surgimento de doenças provenientes da situação em que o indivíduo se encontra. Como mencionado na citação a seguir.

No Brasil a primeira experiência em redução de danos, ocorreu em 1989, na cidade de Santos, com a distribuição de seringas estéreis entre usuários de drogas injetáveis com o objetivo de conter a disseminação do HIV/AIDS, e desde então em muitos estados brasileiros tem sido desenvolvidas ações nesta perspectiva, sejam por instituições públicas ou por organizações da sociedade civil, e com apoio, sobretudo das diretrizes do Ministério da Saúde, por meio dos Programas Nacionais de DST/AIDS, Hepatites Virais e Saúde Mental. Estas ações também se ampliaram para diferentes drogas e diferentes formas de uso de drogas, saindo do foco do usuário de droga injetável (É DE LEI, 2014).

De acordo com o Ministério da Saúde, a redução de danos (RD) age no sentido de promover (no caso do uso de drogas) o consumo que possa trazer um menor risco a saúde do usuário. Levando em consideração que se o usuário não alcançar a abstinência, ao menos há a preservação de sua saúde. O serviço oferecido deve se adaptar a rotina do usuário como vemos na Portaria nº 1.028, de 1º de julho de 2005 que “Determina que as ações que visam à redução de danos sociais e à saúde, decorrentes do uso de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência, sejam reguladas por esta Portaria”. (BRASIL, 2005)

⁶ A antropologia define a vulnerabilidade como um atributo dos seres humanos, inerente ao simples fato de estarem vivos. Nessa visão, todos os seres humanos são considerados vulneráveis, uns mais, outros menos, pois a vulnerabilidade é relacionada à dependência e à autonomia. (Garcia; Costa; Guimarães; Neves. 2016, p. 20)

Compete ao Assistente Social ter conhecimento das políticas públicas destinadas aos usuários, bem como promover e efetivar os direitos civis e sociais. Além de buscar estratégias para propiciar a autonomia desse usuário, compreendendo o contexto socioeconômico e particularidades de cada usuário e da sociedade. Sem desprezar suas limitações, sua liberdade de escolha e o sigilo profissional.

Cabendo a ele, portanto: (1) refletir com os usuários sobre o seu papel como elemento participativo do contexto social, favorecendo o conhecimento ou reconhecimento de seus direitos enquanto pessoa; (2) desmistificar com os usuários, familiares, comunidade, rede de saúde e social, as representações sociais preconceituosas e excludentes a respeito do uso de substâncias psicoativas e do próprio usuário; (3) estruturar e fortalecer a rede de assistência de serviços de saúde e social, visando favorecer a saúde integral dos usuários de álcool e outras drogas (SANTOS; SOUZA, p.07).

Assim, o profissional irá efetivar o seu trabalho juntamente a rede socioassistencial, tornando-se possível o planejamento e a execução dos serviços prestados. Dando respostas distintas a diferentes demandas que surgem em seu cotidiano. Outra ação que deve pautar o trabalho do assistente social é a intersetorialidade, pois esta permite que o profissional faça a troca de conhecimentos com outros profissionais da área, aumentando a eficácia de sua atuação.

As ações profissionais dos assistentes sociais diante na intersetorialidade demandam discussões sobre as circunstâncias da política pública no âmbito da Redução de Danos, tendo a necessidade de conhecer e dialogar com a política que está sendo articulado e ainda sobre outras políticas que perpassam no atendimento aos usuários (SANTOS; SOUZA, p.07).

Segundo a Portaria 1028/2005:

Art. 9º Estabelecer que as ações de redução de danos devem ser desenvolvidas em consonância com a promoção dos direitos humanos, tendo especialmente em conta o respeito à diversidade dos usuários ou dependentes de produtos, substâncias ou drogas que causem dependência. (BRASIL, 2005)

Dentro do Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua essas ações objetivam promover o vínculo do usuário com o setor e com os profissionais, na busca do acesso aos serviços de saúde. Como nossa pesquisa se deu no município de Conselheiro Lafaiete, falaremos um pouco sobre essas peculiaridades no capítulo seguinte.

2. CONSELHEIRO LAFAIETE, CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SUAS ESPECIFICIDADES

Para contextualizar e explicar um dos fatores que de pelo qual existe um grande número de migrantes que transitando por Conselheiro Lafaiete, trouxemos um breve resumo da história do município.

A cidade, em seu histórico, possui uma forte ligação com a migração. O município foi formado do especificamente por migrantes, pois este se tornou passagem para as principais cidades daquela época. Sendo também este um dos principais caminhos entre Minas Gerais e Rio de Janeiro.

De acordo com o arqueólogo Dr. José Vicente César, esses índios já tinham sido catequisados. Foram feitas plantações, levantaram-se choças e a vida decorria tranqüila até que, na última década do século XVII, começou a corrida em busca de riquezas nas minas auríferas da região. O arraial de Carijós era a passagem obrigatória para Itaverava, Guarapiranga, Mariana e Catas Altas. Tornou-se pouso para os viajantes e entreposto de mercadorias. Em 1694, a grande bandeira paulista de Manuel Camargo, Bartolomeu Bueno de Siqueira, Miguel Garcia de Almeida Cunha e João Lopes de Camargo oficializou a existência do arraial, que teve, então, um grande desenvolvimento. (IBGE, 2010)

Segundo informações do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a primeira notícia que se tem da história de Conselheiro Lafaiete é de 1683. O lugar era formado por um arraial de garimpeiros e índios, tal arraial recebeu o nome de Campo Alegre dos Carijós. Ao chegarem ao arraial os garimpeiros encontraram os índios Carijós que havia saído do litoral Fluminense, fugindo das hostilidades de outras tribos e das maldades dos caçadores de escravos.

Ainda segundo o IBGE, o movimento da Inconfidência Mineira foi muito forte no arraial, pois o ouro diminuiu fazendo com que aumentasse a cobrança dos quintos, fato que sobrecarregou a população.

De acordo com informações colhidas no site da prefeitura de Conselheiro Lafaiete, a Rainha D. Maria I criou a Real Vila de Queluz, através de ato assinado pelo Visconde de Barbacena, na própria vila recém-criada. Foi

autorizada a construção de um Pelourinho, que simbolizava as liberdades municipais, como era feito na antiga Roma. O pelourinho de Queluz era encimado por um busto, de capacete à cabeça, com um sabre enfiado em seu crânio.

Em 25 de junho de 1822, a Câmara da Vila Real de Queluz fez uma petição a D. Pedro, Príncipe Regente, no pedindo que mandasse instalar a Câmara de Cortes do Brasil, o que seria um importante passo no sentido da Independência.

A Lei nº 1276 elevou a Real Vila de Queluz à categoria de cidade e em 1872 foi criada a Comarca de Queluz. O nome Conselheiro Lafaiete entrou em vigor a partir de 1934, em homenagem ao Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, quando se comemorava o centenário de seu nascimento.

O município de Conselheiro Lafaiete está situado a 98 km de Belo Horizonte, sendo a 22ª cidade mais populosa do Estado de Minas Gerais, com um pouco mais de 120 mil habitantes. Até 2010, sua renda per capita crescia cerca de 4,16% ao ano.

2.1 O Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua de Conselheiro Lafaiete

O Centro POP é um serviço público que compõe a Política de Assistência Social, está no nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade⁷ e tem por finalidade ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, sendo um de seus objetivos a reafirmação dos direitos das pessoas em Situação de Rua, preservando sua integridade e autonomia. De acordo com as orientações técnicas do Centro POP:

As ações desenvolvidas pelo Centro POP e pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua devem integrar-se às demais ações da política de assistência social, dos órgãos de defesa de direitos e das demais políticas públicas - saúde, educação, previdência social, trabalho e renda, moradia, cultura, esporte, lazer e segurança alimentar e nutricional - de modo a compor um conjunto de ações públicas de promoção de direitos,

⁷ São considerados serviços de média complexidade aqueles que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico operacional e atenção especializada e mais individualizada, e, ou, de acompanhamento sistemático e monitorado (BRASIL, 2005. P.38).

que possam conduzir a impactos mais efetivos no fortalecimento da autonomia e potencialidades dessa população, visando à construção de novas trajetórias de vida (BRASIL, 2011, p.10).

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (PNAS):

A proteção social especial é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005. P.37)

Geralmente os usuários do serviço possuem seus vínculos familiares e sociais rompidos ou fragilizados, estão em extrema pobreza e não possuem uma fonte de renda fixa, podendo conseguir dinheiro através de terceiros ou fazendo trabalhos informais, como venda de materiais recicláveis, limpeza de lotes, entre outros. Alguns usuários podem ter fonte de renda fixa através de alguns benefícios como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadoria, e o Programa Bolsa Família (PBF).

Dentro da instituição são oferecidas diversas oficinas que tem o objetivo de promover a autonomia do usuário, também é ofertado o café da manhã, lanche da tarde, almoço três vezes por semana, banho, espaço para que o usuário guarde alguns pertences, espaço para lavar e secar suas roupas, grupos reflexivos, serviço de migração, atendimento e acompanhamento técnico com assistentes sociais, psicólogos e pedagogo e espaço de convivência.

No município de Conselheiro Lafaiete surgem algumas demandas vindas da população que questiona o serviço que é prestado pelo setor, como veremos no terceiro capítulo. Como forma de atender a essas demandas, foram elaborados ofícios explicativos esclarecendo as dúvidas da população. De acordo com um dos ofícios realizados pelos profissionais do Centro POP de Conselheiro Lafaiete:

Os serviços ofertados no setor têm como lógica fomentar a construção ou reconstrução de novas trajetórias de vida, respeitando as escolhas dos usuários e suas especificidades. Os usuários atendidos pelo serviço possuem diferentes graus de vinculação a rua e distintos estágios no percurso do processo de construção de saída das ruas. Dessa forma a saída da situação de rua configura-se como um processo, onde as intervenções continuadas da rede socioassistencial possibilitam a proteção social, objetivando garantir o acesso aos direitos desse público (Centro POP de Conselheiro Lafaiete, 2017).

Faz parte do serviço prestado pelo Centro POP, o Serviço Especializado em Abordagem Social. De acordo com a Tipificação Nacional Serviços Socioassistenciais, esse serviço deve ser oferecido a todos que fazem uso dos espaços público como forma de moradia e sobrevivência. O Serviço Especializado em Abordagem Social oferece atenção no próprio contexto da rua, objetivando a vinculação gradativa do atendido aos serviços socioassistenciais.

O Serviço Especializado em Abordagem Social, igualmente tipificado no escopo de atuação da PSE de Média Complexidade, representa importante recurso para a identificação de pessoas em situação de rua ao possibilitar que a oferta de atenção especializada a esse segmento seja iniciada no próprio contexto da rua, viabilizando intervenções voltadas ao atendimento de necessidades mais imediatas e à vinculação gradativa aos serviços socioassistenciais e à rede de proteção social. (BRASIL, 2011, p. 39)

O setor de abordagem social apresenta diversas demandas que possuem naturezas distintas, tais demandas podem surgir através da busca ativa realizada pelo profissional da abordagem, mas também por parte da população ou através de encaminhamentos feitos por outras instituições.

O trabalho realizado no setor de abordagem social consiste na busca ativa e abordagem de pessoas em situação de rua. Durante as abordagens é possível conhecer e se aprofundar na história de vida dos usuários, o que possibilita a criação do vínculo entre o indivíduo e o profissional, promovendo maior eficácia no atendimento.

Nas abordagens também são feitas as orientações para que o usuário compareça ao Centro POP e faça uso do setor para que seja feito o acompanhamento pela equipe interdisciplinar e para que as suas demandas sejam atendidas.

Para exemplificar, trazemos o quadro abaixo contendo os dados referentes as abordagens realizadas em outubro de 2017:

Indicadores Outubro /2017	
Descrição	Nº
Novos cadastros	05
Abordagens: Usuários Centro POP	32
Abordagens: Usuários Migrantes	05

Reuniões Internas	01
Reuniões externas, capacitações e eventos	01
Participação em oficinas	00
Visitas domiciliares	05

Fonte: Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua de Conselheiro Lafaiete. 2017

De acordo com os dados fornecidos pelo setor, no mês de outubro houveram 37 usuários abordados, fazendo com seja criado o vínculo entre os usuários, instituição e profissionais. Outra demanda importante para o profissional da abordagem é a visita domiciliar aos familiares dos usuários, que auxilia o profissional no conhecimento sobre a realidade de cada usuário e assim identificar qual a melhor forma de intervenção.

Outra atribuição do profissional do Serviço Especializado em Abordagem Social do Centro POP de Conselheiro Lafaiete, é fazer os encaminhamentos necessários para os outros serviços da rede, de acordo com cada caso. Esses encaminhamentos são feitos através do contato telefônico e de ofícios.

Durante a abordagem e acompanhamento é essencial obter algumas informações como: conhecer os locais onde o usuário costuma frequentar e passar a noite, saber com quem ele convive, como faz para conseguir dinheiro, se faz uso de drogas, onde e com quem, em que condições se sente mais protegido ou vulnerável, o que espera da equipe, se possui alguma gravidade no quadro clínico e psicossocial, se esse quadro tem se agravado e o motivo desse agravamento, se ocorre prejuízo em sua autonomia, se há algum prejuízo decorrente de internações psiquiátricas numerosas ou prolongadas, se possui moradia ou emprego, se possui dependência severa, grau de vulnerabilidade e riscos relacionados a prática de atividades ilegais e problemas com a lei . Essas informações são baseadas na política de redução de danos, onde seu objetivo é reduzir os impactos causados pela vulnerabilidade social na vida do usuário. Essa política possui características semelhantes ao serviço prestado pelo setor.

De acordo com ex-funcionários da prefeitura de Conselheiro Lafaiete, até 2012 existia no município, apenas o atendimento ao migrante, com o fornecimento de passagens, mas sem um local direcionado para uma higiene pessoal antes da viagem e nem para uma alimentação. E havia algumas ações de abordagem, ambos

os serviços feitos pelo CREAS e pelo Plantão Social da Secretaria. Por isso a importância da implantação e implementação dos serviços à população de rua em conformidade com a tipificação.

O Centro POP de Conselheiro Lafaiete foi inaugurado no ano de 2014, seguindo a perspectiva da Política Nacional De Assistência Social (PNAS) o município é considerado de grande porte, pois segundo os dados do IBGE 2010 Conselheiro Lafaiete possui 116.512 habitantes e assim passa a ser habilitado a possuir serviços que cidades de menor porte não possuem.

Municípios de grande porte – entende-se por municípios de grande porte aqueles cuja população é de 101.000 habitantes até 900.000 habitantes (cerca de 25.000 a 250.000 famílias). São os mais complexos na sua estruturação econômica, pólos de regiões e sedes de serviços mais especializados. Concentram mais oportunidades de emprego e oferecem maior número de serviços públicos, contendo também mais infraestrutura. No entanto, são os municípios que por congregarem o grande número de habitantes e, pelas suas características em atraírem grande parte da população que migra das regiões onde as oportunidades são consideradas mais escassas, apresentam grande demanda por serviços das várias áreas de políticas públicas. Em razão dessas características, a rede socioassistencial deve ser mais complexa e diversificada, envolvendo serviços de proteção social básica, bem como uma ampla rede de proteção especial (nos níveis de média e alta complexidade) (BRASIL. 2005, p. 46).

Portanto, Conselheiro Lafaiete foi habilitado para ter o Centro POP e a gestão da época entendeu que seria importante ter o serviço, foi uma forma de fortalecer as políticas públicas do município. Então foi assinado um termo de adesão ao serviço e esse serviço recebe um recurso do Governo Federal para que ele consiga subsidiar os custos que tem. Segundo a coordenação do Centro POP, o valor recebido pode ser insuficiente para cobrir todos os gastos que o setor exige, como o pagamento de funcionários, pagamento de aluguel e outros custos persistentes.

O financiamento da Seguridade Social está previsto no art. 195, da Constituição Federal de 1988, instituindo que, através de orçamento próprio, as fontes de custeio das políticas que compõem o tripé devem ser financiadas por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das contribuições sociais (BRASIL. 2005,p.48).

O Centro POP de Conselheiro Lafaiete é o único da regional de São João Del Rei, os outros municípios que oferecem esse serviço é Belo Horizonte e Juiz de Fora. O que contribui para o aumento da demanda e das exigências feitas ao setor.

Desde o ano de inauguração do setor e até o mês de outubro de 2017, haviam 1723 pessoas cadastradas. Desses, aproximadamente 100 são do sexo

feminino (entre moradoras da cidade e migrantes). Desse total apenas 139 pessoas residem no município sendo que o restante dessa população é composta por migrantes ou trecheiros, ou seja, pessoas sem residência fixa que circulam por diversos municípios em busca de melhores condições de vida.



Foto: Oficinas do Centro POP de Conselheiro Lafaiete

2.2 A Importância de se Obter Parcerias e sua Contribuição para o Desenvolvimento do Trabalho

Hoje, o Centro POP possui diversos parceiros e voluntários que são de extrema importância para o serviço. Dentre eles estão: voluntário do curso de informática e manutenção em computadores, 02 cozinheiras que geralmente prestam auxílio quando a cozinheira do setor está de férias ou quando há uma demanda maior, Casa de Apoio Cuidar, Projeto Toddy com amor, pastora Yara, Secretária de Desenvolvimento Econômico, PSF, NASF, CAPS III, CAPS AD, Alcoólicos Anônimos que são de grande importância para o trabalho em rede e para assegurar o direito à saúde das pessoas que estão em Situação de Rua e daquelas que querem abandonar o uso de álcool e outras drogas, Reginaldo que oferece o curso de barbeiro e faz atendimento aos usuários, Comunidade Pentecostes, Mercado Produtor, Carla Sassi, Técnico Agrícola, Lesma Poesia Social, Economia Popular Solidária, Equipamentos da SMDS, Rotaracty, As Samaritanas, Grupo Espírita Paz e o Grupo Só Amor.

Juntamente ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) o Centro POP está desenvolvendo uma aproximação do usuário aos serviços de saúde e assim garantindo e ampliando o acesso a esse direito que frequentemente é negado àqueles que se encontram em vulnerabilidade social e principalmente a quem está em Situação de Rua.

Na cidade de Conselheiro Lafaiete, há ainda uma parceria com entidades locais que prestam auxílio a pessoas que se encontram em extrema vulnerabilidade social, essa parceria recebeu o nome de “rede solidaria” que tem o objetivo de desenvolver a capacidade individual e a autonomia dos usuários, com ações que podem criar a geração de renda e sua reinserção na vida social.

Todas essas parcerias e o envolvimento da comunidade trazem grandes benefícios ao setor e aos seus usuários. Segundo dados do Centro POP, no mês de outubro de 2017, 25 usuários deixaram a Situação de Rua.

RELATÓRIO DE INDICADORES ACOMPANHAMENTOS – CENTRO POP	
DESCRIÇÃO	OUTUBRO
Novos Acompanhamentos	10
Usuários desligados do Acompanhamento	04
Usuários Acompanhados no mês de referência	21
Acompanhamento dos usuários do Centro POP (Cons. Lafaiete)	18
Acompanhamento dos usuários migrantes	03
Usuários em Situação de Rua	19
Usuários em tratamento (clínicas/casas de apoio)	03
Usuários presos	01
Usuários que retornaram ao convívio familiar ou domiciliados	04

Fonte: Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua de Conselheiro Lafaiete. 2017

Descrição	Quantitativo
Usuários em tratamento de dependência em clínicas ou casas de apoio	14
Usuários domiciliados	11
Total de usuários que deixaram a Situação de Rua	25

Fonte: Centro de Referência Especializado em População em Situação de Rua de Conselheiro Lafaiete. 2017

Entende-se por usuários domiciliados aqueles que retornaram para a casa da família e aqueles que mudaram para um domicílio, seja emprestado ou alugado, mas que não estão mais em situação de rua.

Já as casas de apoio são uma estratégia a mais, para traçar alternativas para as demandas trazidas pelos usuários. Elas são locais geralmente vinculados a alguma igreja e não possuem o perfil de uma clínica de recuperação, já que não são oferecidos tratamentos para o uso de álcool e outras drogas e possuem atendimento técnico. É uma casa de apoio com características muito próximas de uma residência comum, e lá eles são acolhidos deixando de permanecer integralmente nas ruas.

Em ambos os casos os usuários estão buscando uma forma diferente de viver a própria vida, ganhando autonomia, criando responsabilidades consigo e com os demais e em alguns casos influenciando outros usuários a seguir o mesmo caminho.

Como foi dito anteriormente, o Centro POP conta com diversas parcerias que são fundamentais para a execução do trabalho. Com isso, durante o acompanhamento, são feitos variados tipos de encaminhamentos que contribuem para uma melhor eficácia nos atendimentos às demandas.

Assim que o usuário se cadastra no setor, é feito um acompanhamento pelos profissionais com o objetivo de contribuir (caso esse seja o desejo do usuário) no processo de saída do indivíduo da situação de rua. Esse trabalho é realizado através de uma articulação com a rede socioassistencial e demais políticas públicas. Ao contrário do que o senso comum nos induz a imaginar, as demandas que surgem no setor possuem características específicas e diversificadas. As demandas trazidas pelos usuários vêm desde o abandono familiar ou desemprego ao uso de drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

A questão da população em situação de rua deve, portanto, ser compreendida em suas múltiplas determinações, ou seja, há uma multiplicidade de fatores que conduzem a essa situação, incluindo, desde fatores estruturais, como ausência de moradia e inexistência de trabalho e renda, até fatores relacionados à ruptura de vínculos familiares e infortúnios pessoais, como perda dos bens (BRASIL, 2011. p.24) .

Outro fato que ocorre no município de Conselheiro Lafaiete é o de crianças que possuem um grande histórico de institucionalização em abrigos para menores. Essas pessoas viveram grande parte de sua vida institucionalizada e ao completar 18 anos elas não podem continuar vivendo nos abrigos, e por não terem sido adotadas, por não possuir família e nem uma fonte de renda, a única saída encontrada é a vida nas ruas.

Esta se torna uma nova demanda no município de Conselheiro Lafaiete, pois esses jovens saem dos abrigos sem nenhuma perspectiva de vida, sem uma profissão e conseqüentemente sem emprego. Fato que dificulta sua inserção no mercado de trabalho e também de ter acesso a uma moradia convencional.

Portanto, essa diversidade de situações faz com que o Centro POP possua um grande número de demandas totalmente distintas umas das outras, bem como os serviços para os quais são encaminhados. Mas geralmente os encaminhamentos são feitos para o CAPS, para a Saúde, para clínicas de recuperação e casas de apoio, para a Política de Habitação do município e outros serviços da rede de assistência da cidade.

É importante assegurar aos cidadãos e cidadãs, usuários da política de Assistência Social, no usufruto do direito garantido pelo ordenamento jurídico brasileiro, os direitos socioassistenciais: à equidade rural e urbana; ao acesso à rede socioassistencial; à convivência familiar, comunitária e social; à proteção social por meio da intersectorialidade; ao controle social e à defesa dos direitos socioassistenciais; dentre outros (BRASIL, 2011. p.70)

Também são feitos encaminhamentos para emissão de documentos e acesso aos benefícios como BPC e Programa Bolsa Família, sendo esta mais uma forma de assegurar os direitos desses usuários.

2.3 Composição da Equipe do Centro POP de Conselheiro Lafaiete e sua Importância Dentro do Setor

Seguindo os critérios estabelecidos pelo caderno de orientações técnicas do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.

Centro de Referência especializado para Pessoas em situação de Rua	Capacidade de atendimento 80 casos (famílias ou indivíduos/mês)
	01 Coordenador (a)
	02 Assistentes Sociais
	02 psicólogos (as)

01 Técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional

04 Profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social (quando ofertada pelo Centro POP), e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades.
--

02 Auxiliares Administrativos

Fonte: Brasil, 2005, p. 53

Essa equipe pode sofrer alterações de acordo com as necessidades existentes em cada Centro Pop e de acordo com o órgão gestor. Atualmente a equipe de Conselheiro Lafaiete é composta por:

Uma coordenadora formada em Serviço Social, concursada que cumpre a carga horária de 40 horas semanais. Ela é a responsável pela gestão administrativa da instituição e juntamente com o restante da equipe busca desenvolver programas e projetos que possam auxiliar no atendimento as demandas. Todas decisões referentes ao setor são tomadas de acordo com a avaliação dos técnicos, durante as reuniões são apresentadas sugestões e a decisão final depende da concordância de todos.

Uma pedagoga, concursada que cumpre a carga horária de 40 horas semanais. Também com a função de atender os usuários que procuram atendimento e trazer as demandas que surgem no setor, outra de suas atividades é prestar o auxílio necessário para a realização das oficinas.

Dois psicólogos, concursados cumprindo a carga horária de 20 horas semanais. Assim como os assistentes sociais e a pedagoga, os psicólogos fazem atendimentos, encaminhamentos e procuram atender ouvindo as demandas que os usuários trazem ao setor.

Uma cuidadora, concursada cumprindo a carga horária 40 de horas semanais. Suas principais atividades consistem em preparar e servir o lanche e o almoço aos usuários, bem como controlar o tempo de banho que dura em torno de 15 minutos.

Um auxiliar administrativo, concursada (40 horas semanais). Ela tem o primeiro contato com o usuário fazendo sua recepção e o encaminhando para o atendimento caso necessário.

Uma cozinheira, concursada cumprindo 40 horas semanais. Ela é a responsável por fazer as refeições dos usuários, como o café da manhã, lanche da tarde e almoço.

Uma auxiliar de serviços gerais, concursada com carga horaria de 40 horas semanais. Ela mantém todo o setor limpo e organizado.

Um assistente social, técnico de referência no Serviço Especializado em Abordagem Social, concursado que cumpre a carga horária de 30 horas semanais. Esse profissional faz o acompanhamento e atendimento àqueles que por algum motivo não frequentam o Centro POP, assim promove o vínculo com o usuário para entender suas necessidades e demandas. As abordagens são realizadas na rua, o próprio profissional vai em busca do usuário e tenta vinculá-lo ao serviço.

Dois assistentes sociais, concursados cumprindo a carga horaria de 30 horas semanais. A função deles no setor é de fazer o atendimento às pessoas que procuram o serviço e procurar atender da melhor forma as demandas que cada usuário traz consigo.

2.4 O Desenvolvimento do Trabalho do Assistente Social Dentro do Centro POP

No Centro POP, busca-se fazer os encaminhamentos necessários e o fortalecimento dos vínculos familiares que estão rompidos ou fragilizados. Bem como a concessão de passagens para migrantes.

As oficinas ofertadas no setor procuram atender a proposta socioeducativa da PNAS, buscando a perspectiva de produzir o desenvolvimento pessoal e profissional dos usuários. Dentre as oficinas oferecidas estão as do Grupo LESMA, que geralmente acontecem a cada 15 dias. Seus trabalhos são feitos através da poesia social, teatro, música, expressão oral e expressão corporal.

Todas as semanas acontecem à oficina de arte terapia, há uma roda de conversa e são exibidos filmes que possibilitam aumentar a autoestima do usuário, no horário da tarde há a participação da família, o que possibilita estreitar os vínculos entre familiares e usuários. Há também a oficina de horta, onde os usuários aprendem a plantar e a cultivar verduras e legumes, sendo que os alimentos produzidos são usados para a alimentação do próprio usuário. Além das aulas de

corte de cabelo, que proporciona aos usuários o aprendizado de uma nova profissão e também reforça a importância do cuidado e higiene com o próprio corpo.



Foto: Horta produzida pelos usuários durante oficinas

Recentemente o Centro POP passou a oferecer o curso de informática e manutenção de computadores. Esse curso surgiu através da iniciativa de um vizinho que se voluntariou a oferecer o curso nas dependências do setor. Esse curso, além de promover conhecimento aos usuários e facilitar sua reinserção no mercado de trabalho, também trabalha a autoestima e a autonomia do usuário, fazendo com que ele se sinta apto e incentivado a buscar novas formas de trabalho.

Outra ação de grande importância desenvolvida pelos profissionais do setor é a parceria desenvolvida com a Associação dos Catadores de Materiais Reciclados de Conselheiro Lafaiete ASMARCOL⁸, na qual através de reuniões realizadas entre os trabalhadores dos dois setores e juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico foram disponibilizadas três vagas de trabalho para usuários do Centro POP. Essa ação proporciona a emancipação do usuário bem como a geração de renda, mas sem desvinculá-lo do serviço oferecido no Centro POP.

⁸ A ASMARCOL (Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Conselheiro Lafaiete) é uma entidade que atua na área ambiental com vistas à geração de renda entre seus associados (Rota da Reciclagem, 2017).

Todo material recolhido pelos catadores é vendido para empresas de reciclagens em Betim, Contagem e Juiz de Fora e o lucro é dividido igualmente entre os associados. Eles atuam em parceria com a sociedade, indo de casa em casa recolhendo materiais como papel, papelão, plástico, garrafas pet e vidro. Os bairros são cadastrados mediante campanha de conscientização sobre coleta seletiva realizada pela própria ASMARCOL (ROTA DA RECICLAGEM. 2017).

Por possuir um público bem diversificado, a participação dos usuários no setor pode acontecer de forma esporádica ou sistemática. A cada atendimento feito é reforçado aos usuários a importância do uso das dependências do Centro POP, mas sempre respeitando a liberdade, a autonomia e a história de vida de cada indivíduo.

O setor é dirigido por algumas regras que foram construídas com os próprios usuários, e foram criadas para garantir uma boa convivência entre os usuários e funcionários. Aqueles que não obedecem às regras podem ser advertidos e penalizados, uma das punições é a de não poder usar os serviços por um determinado tempo.

Também faz parte do trabalho dos assistentes sociais as visitas domiciliares, geralmente realizadas as famílias dos usuários, com a finalidade de fortalecer os vínculos que podem estar rompidos ou fragilizados e obter maiores informações acerca do usuário em questão, e também as visitas institucionais que tem como objetivo estreitar o trabalho em rede e garantir maior eficácia no atendimento ao usuário.

Há no município um grande número de migrantes, e nesse caso existe maior dificuldade em seu acompanhamento devido ao curto prazo de permanência na cidade e número reduzido de informações repassadas. Ainda assim é feito o atendimento através de orientações, encaminhamentos e concessão de benefícios assistenciais (caso o indivíduo pretenda permanecer no município durante um período mais longo). Somente no mês de outubro de 2017 foram atendidos no setor cerca de 16 migrantes e foram concedidas em torno de 19 passagens rodoviárias.

A grande maioria dos migrantes atendidos no Centro POP, procuram o setor com o objetivo de conseguir passagem rodoviária para outro município. Apesar de existir algumas condicionalidades para a concessão de passagens como estar fisicamente bem, não estar sob efeito de álcool e outras drogas, ter toda a documentação em dia ou o boletim de ocorrência para os casos de perda ou roubo,

ter um motivo para se deslocar para outra cidade e há também um período mínimo de um ano entre as concessões de passagens para a mesma pessoa.

Geralmente as passagens são concedidas, já que os usuários se justificam com a promessa ou busca de um trabalho, outros por possuir parentes ou amigos na cidade de destino. Fazendo com que diminua a situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, tendo em vista que o indivíduo é procedente de outros municípios, estados e até de outros países, e não possuem nenhum tipo de vínculo na cidade de Conselheiro Lafaiete.

O atendimento feito ao usuário é sempre pautado no Código de Ética do Assistente Social, na defesa dos direitos humanos e se opondo as formas de dominação e discriminação, além de superar o caráter assistencialista. O profissional sempre tem uma postura respeitosa em relação às escolhas dos usuários, elevando sua autonomia e responsabilidade, essa mesma postura pode ser percebida na relação com outros profissionais que atuam no setor. Também é feito a ampliação e a solidificação da cidadania, com o objetivo de garantir os direitos civis, políticos e sociais para os usuários.

Porém a busca pelo trabalho é incentivada na proposta de “ações socioeducativas”, considerando que o serviço social está relacionado à noção de cidadania, faz-se necessário respeitar a liberdade individual e a igualdade de todos.

Durante as conversas com os usuários é possível saber um pouco mais sobre sua vida e os diversos motivos que o levaram a situação de rua. Como será discutido no decorrer deste trabalho, alguns usuários contam como é a vivência nas ruas, o preconceito por eles sofrido, a importância de fazer amizades e manter parcerias com outros moradores como forma de proteção e as estratégias utilizadas para sua sobrevivência.

3. A VIDA NAS RUAS: O PASSADO, O PRESENTE E A INCERTEZA QUANTO AO FUTURO DIANTE DO ATUAL CONTEXTO NACIONAL

Neste capítulo serão abordados os aspectos da vida de quem está em Situação de Rua. Os motivos que os levaram as ruas, suas dificuldades cotidianas, seus medos, seus planos para o futuro, a convivência em sociedade e as formas de enfrentamento ao preconceito dos quais são alvos.

Para quem está em Situação de Rua, cada dia que se inicia vem com um desafio diferente a ser enfrentado. Por esse motivo as políticas públicas são extremamente importantes na vida dessas pessoas, proporcionando a elas os direitos que frequentemente são negados.

Atualmente, vivemos um período de mais uma crise do capital, e a cada dia mais direitos são retirados dos cidadãos devido aos diversos cortes na área social. Estão cada vez mais frequentes cortes na saúde, educação e assistência social, fazendo com que os serviços prestados às pessoas que se encontram em vulnerabilidade social sejam cada vez mais precários, deixando de atender às demandas da população de baixa renda e especialmente aumentando o pauperismo no país.

Devido a realidade descrita acima e por outras razões, a população em situação de rua tem aumentado também nas cidades pequenas. Portanto, nesta pesquisa buscamos ouvir cinco usuários e um trabalhador do Centro POP de Conselheiro Lafaiete, também dois moradores daquele município. Todos os entrevistados para a realização da presente pesquisa assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, no qual nos comprometemos em manter o sigilo sobre a identidade dos entrevistados.

No decorrer do capítulo reproduziremos trechos de algumas das entrevistas realizadas e para garantir a preservação da identidade dos entrevistados, eles serão identificados por Pedro, João, José, Davi e Elisa, sendo que estes são nomes fictícios.

Ao iniciar as leituras dos prontuários dos usuários e também com as entrevistas, pode-se perceber que os motivos de ida às ruas são diversos, o que impede de indicar qual seria o principal motivo que leva alguém a “escolher” essa forma alternativa de vida.

De acordo com alguns usuários entrevistados sobre o motivo de estar na rua: “Eu não dou certo com a minha família. Todos têm preconceito né. Com o homossexualismo. Minha mãe até aceita, meu pai não e a gente começou a brigar e brigar todo dia, ai eu peguei e sai de casa. ” (Pedro, 2017). Nesse caso podemos perceber o quanto o preconceito que tem origem dentro da própria casa pode

influenciar negativamente na vida das dessas pessoas. Esse tipo de comportamento discriminatório é incentivado por projetos de leis que incentivam tratamentos psiquiátricos ou psicológicos aos homossexuais, indicando que sua orientação sexual é “transtorno mental”.

Ainda há, quem aponte, como principal motivo, o uso de drogas:

Eu fui morar na rua porque...me pegaram dentro de casa drogado certo? E aí minha mãe é de idade, não anda mais, tem que operar o joelho. Meu padrasto não tem as duas pernas, aí quem comanda lá são meus irmãos, digamos assim...os mais bem de vida. Aí meu irmão pegou e foi lá no juiz e pediu uma medida protetora, aí eu fui intimado lá pelo dr [..] e falou comigo...oh, até segunda ordem tá proibido de aproximar a 500M da residência da sua mãe. Aí eu vim pra rua e eles traz roupa pra mim. (João, 2017)

Além desses, também apareceram motivos como perda de algum familiar, desentendimentos familiares, desemprego entre outros que já foram citados anteriormente.

Ao tratar do emprego e renda, as pessoas em Situação de Rua enfrentam mais um desafio. A baixa escolaridade somada ao preconceito e a falta de endereço fixo faz com que a busca por emprego no mercado formal se torne uma tarefa árdua e a conquista de um espaço transfigura-se como impossível.

Pessoas que se encontram em situação de rua têm mais desafios de inserção no mercado de trabalho. Isso se deve, sobretudo, à falta de ativos, como uma rede social que os ajude a encontrar trabalho, à estigmatização e ao preconceito. Além disso, os agravos de saúde, o uso de drogas e os problemas jurídicos também prejudicam o acesso ao trabalho regulamentado. A situação de rua priva os indivíduos do acesso às atividades básicas diárias, como higiene pessoal, alimentação adequada e transporte seguro¹⁶. Também está associada ao abandono escolar, sendo que a baixa escolaridade é um dos empecilhos para a obtenção de emprego. (GARCIA; COSTA; GUIMARÃES; NEVES, 2016, p.190)

Contrariando o senso comum e o estigma de preguiçosos e desocupados, que marcam esses sujeitos, uma pequena minoria das pessoas em Situação de Rua adquire dinheiro como pedintes. Sendo que este é o pensamento que permeia em grande parte da sociedade.

O sujeito estigmatizado poderia ser facilmente aceito para as relações sociais cotidianas, mas, em razão do traço característico, a atenção sobre esse atributo afasta o restante de seus demais atributos. O sujeito

estigmatizado torna-se menos humano, vitimado por um feixe de atitudes discriminatórias sobre o estigma, de modo a racionalizar e justificar o perigo que ele passa a representar, uma animosidade que pode estar baseada, na realidade, em outros elementos, como o estrato social. (DUARTE; PASSOS; GOMES, 2017. p.291)

Assim, apesar do desemprego, grande parte dessa população tende a buscar outras formas de sustento, seja no mercado informal trabalhando em casas de conhecidos, mas sem nenhum vínculo empregatício, trabalho com materiais recicláveis, malabares, capina de lotes, panfletagem, e até mesmo com prostituição, seja através de benefícios assistenciais ou aposentadorias. Mas o valor recebido é insuficiente para obter uma moradia digna. Fato corroborado pela inexistência ou ineficiência das políticas habitacionais que não proporcionam o devido acesso a esse direito constitucional.

Demarca-se a informação de que 70,9% da população em situação de rua é composta por trabalhadores que exercem alguma atividade remunerada, segundo pesquisa realizada com 31.922 pessoas pelo MDS (BRASIL, 2008). De acordo com este mesmo estudo, as principais atividades desenvolvidas por essa população são informais, como de catador de materiais recicláveis, flanelinha, entre outros, sendo que apenas 9% dos sujeitos teriam carteira assinada. Percebe-se que na maior parte dos casos há trabalho, mas não há emprego, o que contraria a lógica popular de que esta seria uma população que não trabalha e justifica a realização de estudos e intervenções sobre a temática “trabalho” com essas pessoas. (SCHMITT; SCHWEITZER, 2016 p.03)

Durante essa pesquisa (nas entrevistas e prontuários) um dos obstáculos que mais aparecem como impedimento para deixar a vida nas ruas é o desemprego. Sem uma fonte de renda fixa não é possível ou se torna mais difícil se reestabelecer, já que não possuem condições de conseguir uma casa seja própria ou alugada e algumas famílias não aceitam a pessoa em casa, ora por não possuir condição financeira para seu sustento, ora pelo rompimento dos vínculos.

[...] dificuldade de conseguir uma vaga de emprego, os usuários do serviço afirmaram que sua situação de vida na rua já se torna um impeditivo para a maioria das vagas ao não possuírem um endereço fixo. Outras questões como o uso de drogas, a falta de roupas, poucas qualificações profissionais e as dificuldades no transporte até o emprego são algumas das dificuldades enfrentadas no cotidiano e que, por vezes, inviabilizam a busca por um trabalho no mercado formal. (SCHMITT; SCHWEITZER, 2016 p.6)

O fato de uma pessoa ou sua família não conseguir prover seu próprio sustento, mostra os efeitos perversos do Modo de Produção Capitalista e o descaso na falta de preocupação do Estado com esses sujeitos. Portanto, não proporcionam ou dificultam o acesso a benefícios sociais e a outros direitos como por exemplo a educação.

No decorrer das entrevistas pudemos constatar que essa falta de oportunidades e a dificuldade para traçar novos caminhos na vida, somado a ausência do apoio familiar e social pode afetar seriamente a autoestima do sujeito, fazendo com que ele se sinta cada vez mais impotente em relação a sua situação.

3.1 O Uso de Substâncias Psicoativas no Contexto das Ruas

Segundo Eloisa Lima, a definição mais adequada para drogas, vem da Organização Mundial de Saúde (OMS) “droga é toda substância natural ou sintética que introduzida no organismo vivo, pode modificar, pode modificar uma ou mais de suas funções” (LIMA, 2013, p. 25). Tais drogas podem ser lícitas ou ilícitas.

A diferenciação entre drogas lícitas ou ilícitas pode contribuir para a criminalização do sujeito, principalmente ao se tratar de pessoas em situação de rua, pois estes estão em um cenário de maior vulnerabilidade social.

Quando se está em situação de rua, tanto as drogas quanto o álcool podem ser usados como forma de socialização e proteção. O álcool ou outras substâncias ilícitas são um meio dessa população “invisível” estar presente nesta forma de sociabilidade, por intermédio da comercialização, ainda que de forma obscura e ilegal. O uso de drogas também pode servir como fuga da realidade na qual estão inseridos, deixando-os mais afastados das pressões sofridas por parte da sociedade, como observamos no depoimento:

Outro dia minha tia sentou e falou comigo: oh sua mãe ta querendo te levar pra casa, você quer voltar? Quero. Mas você vai usar álcool e droga? Eu falei não, eu falo que o meu projeto é não usar, agora eu não peço só minha ajuda não porque eu sozinho eu sei que não vou conseguir. Se eu volto pra dentro de casa eu não quero sofrer nenhum tipo de depressão não, igual por exemplo...a minha mãe tá na cadeira de rodas, o meu padrasto sem as duas pernas e eu lá dentro de casa, largo o álcool e largo a droga, quer dizer...infelizmente é no mau sentido que eu estou falando, não é no bom sentido não, esse é o conforto de quem está na rua. Por exemplo, eu peguei minha coberta e troquei ela numa garrafa de pinga com o camarada que estava ali do lado, então agora é difícil demais, muito difícil. (João, 2017)

Pode-se perceber também que, as drogas, apesar de seu uso colaborar com o preconceito social, ela também contribui para sua sobrevivência como proteção do frio, auxílio ao sono, diminuição do apetite, pode ser relaxante, estimulante, entre outros, se transformando em um artifício para garantir a manutenção de sua vida. Porém, seu uso indiscriminado pode aumentar o estado de vulnerabilidade do sujeito, deixando-o mais exposto aos perigos existentes na rua. A grande maioria dos entrevistados fazem uso do crack e outras drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas.

Segundo a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) a dependência de drogas é definida como um conjunto de fenômenos comportamentais, cognitivos e fisiológicos que se desenvolvem após repetido consumo de uma substância psicoativa, tipicamente associado ao desejo poderoso de tomar a droga, à dificuldade de controlar o consumo, à utilização persistente apesar das suas consequências nefastas, a uma maior prioridade dada ao uso da droga em detrimento de outras atividades e obrigações, a um aumento da tolerância pela droga e por vezes, a um estado de abstinência física. (REVISTA PSICOLOGIA e SAÚDE, 2014)

Sendo considerada uma doença, por não saber como lidar com um familiar que é usuário ou por preconceito, o uso de álcool e outras drogas faz com que os laços familiares se tornem cada vez mais frágeis. Fazendo com que o indivíduo se sinta cada vez mais desmotivado e impotente perante a situação na qual está vivendo.

Indivíduos que vivem nas ruas raramente apresentam o abuso/dependência de substâncias psicoativas como único agravo à saúde. Eles também têm antecedentes de traumas e outros transtornos mentais. Apesar desse quadro de comorbidades psiquiátricas ser tão frequente, menos de um quarto da população de rua adulta informa já ter tido acesso a um tratamento para dependência química, conforme mostrou o Terceiro Censo de População de Rua e do Migrante de Belo Horizonte. Nesta pesquisa a prevalência de doenças mentais é maior em mulheres (36,1%) do que em homens (20,5%) e o consumo de álcool foi relatado por 69,5% dos participantes. O uso de tabaco foi mencionado por 74,7% e o de drogas ilícitas por 51,5%. As drogas mais utilizadas foram, na sequência, maconha, crack e cocaína. Além disso, 77,2% dos entrevistados que relataram o consumo de drogas faziam uso de mais de um tipo de substância (GARCIA; COSTA; GUIMARÃES; NEVES, 2016, p. 187).

Um dado importante, como vimos acima, o fato de transtornos mentais serem mais prevalentes em mulheres pode ser um indicativo da pressão que estas sofrem, pois há uma maior cobrança por parte da sociedade que impõe a elas responsabilidades e uma forma de vida diferente da que é imposta aos homens,

sendo constantemente julgadas por suas escolhas e atitudes. Curioso notar que o número de mulheres é menor que o de homens vivendo nas ruas.

Uma pesquisa realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), apontou que o uso do crack pode ser causado pela exclusão social e não o contrário como muitas vezes o senso comum nos faz pensar. Ainda segundo a pesquisa, por meio das políticas públicas, o apoio da família e da estabilização da vida social é possível reverter a dependência às drogas.

O crack não é a causa da exclusão, é um elemento a mais, que reforça a exclusão social, processo que é anterior [à droga], no entanto, é reversível”, afirmou um dos autores da pesquisa, Roberto Dutra Torres, professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF), ao divulgar os resultados, na Fiocruz. “Ninguém vira zumbi pelo crack”, reforçou. (HUFFPOST,2017)

Durante os meses em que tive um contato mais próximo com a população em situação de rua, pude observar também como o uso de drogas pode afetar na vida do usuário e conseqüentemente em sua saúde mental, já que em alguns casos o uso de drogas associado ou não a outros problemas de saúde podem trazer grandes prejuízos a esse usuário.

O trabalho profissional de assistentes sociais na saúde consiste na sua habilidade de identificar e de descortinar os determinantes sociais nos processos saúde-doença e em atuar sobre tais determinantes, promovendo acesso a direitos políticos e sociais. (DUARTE; PASSOS; GOMES, 2017. p.278)

Aqui percebemos a importância do trabalho contra a indiferença e falta de recursos na saúde pública, que contribui para a criminalização do uso de drogas e do indivíduo. Já que por diversas vezes o usuário não é visto como uma pessoa que está doente e sim como um criminoso, fazendo com que esses sujeitos se tornem cada vez mais excluídos do convívio social.

Para esse enfrentamento, é preciso convergir esforços de diferentes segmentos na construção de alternativas que extrapolem as ações repressivas e considerem os diversos componentes associados aos problemas decorrentes do consumo de crack e outras drogas. (DUARTE; PASSOS; GOMES, 2017. p. 302)

A falta de informação e investimento nos setores públicos, faz com que muitas pessoas que estão em situação de rua e fazem uso abusivo de álcool e drogas,

desconheçam os tratamentos oferecidos na rede pública de saúde ou possuam algum receio em procurar ajuda profissional.

Como pudemos constatar durante as entrevistas, que alguns usuários de drogas não procuram ou não aceitam ir ao CAPS por não acreditar que conseguirão deixar de fazer uso de drogas ou por não concordar com a forma de tratamento lá existente, que por vezes consiste em doses diárias de remédios. Como é o caso do usuário que mostrarei a seguir.

Porque tipo assim...meu vício era de álcool, aí eu cheguei lá e os caras veio me dar um copinho cheio de remédio, achando que eu tenho problema de cabeça. Eu saí dopado de lá, eu saí bambeando, cambaleando e não sabia nem onde eu tava. Aí foi uma vez pra nunca mais, porque o meu vício é com o álcool, se fosse com droga ou se eu tivesse problema de cabeça tudo bem, mas meu vício é só álcool e eles me enchem de remédio pra eu sair drogado de lá...não. Agora, se for pra eu ir pra uma clínica e ficar lá...tipo daquelas fechadas que a gente não pode sair e a gente saí só quando quiser eu vou, mas CAPS pra mim não serve não. (Davi.2017)

Esse tipo de tratamento ofertado não somente pelo CAPS, mas também por clínicas de reabilitação e hospitais psiquiátricos, faz com que o usuário perca sua capacidade motora e sua autonomia, com isso o sujeito se sente cada vez mais dependente a outros tipos de substâncias, o que nesse caso seriam os remédios, deixando-o cada vez mais desmotivado e desconfiado dos tratamentos.

Dessa forma, muitos dependentes químicos acabam procurando ajuda no combate ao vício em comunidades terapêuticas. Quase sempre essas comunidades são vinculadas a alguma instituição religiosa e o tratamento ali recebido é baseado na total abstinência e na exclusão do convívio social, o que vai contra as deliberações da reforma psiquiátrica e contra as diretrizes da redução de danos. Muitas dessas comunidades terapêuticas recebem uma verba do estado, dinheiro esse que poderia ser investido em unidades públicas, como os CAPS.

Na IV Conferência Nacional de saúde Mental, realizada em 2010, e na XIV Conferência Nacional de Saúde, também no mesmo ano, seus participantes se posicionaram contrariamente aos investimentos realizados pelo Governo Federal em Comunidades Terapêuticas, e afirmaram a atenção e o cuidado dos usuários de álcool, crack e outras drogas no Sistema único de Saúde (SUS). (DUARTE; PASSOS; GOMES, 2016. p.306)

Os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) também podem ser fortes

aliados, atuando junto aos usuários de drogas, trabalhando a prevenção ao uso desses entorpecentes e em conjunto àqueles que sofreram violação de direitos.

3.2 A Situação de Rua e o Enfrentamento a Violência e ao Preconceito

Como já foi abordado anteriormente, pessoas em situação de rua sofrem os mais diversos tipos de preconceito e estão continuamente expostas a situações de violência. Lembrando que a violência pode ser tanto física quanto psicológica.

Por violência [...] não somente a violência física, como também verbal, a discriminação e o preconceito. A violência física tem mais efeitos no estresse emocional e menos chances de recuperação do que a não física¹⁴. Em rigor, a violência está presente na vida de todas as pessoas em situação de rua e é um risco constante. A situação de rua torna os indivíduos vulneráveis aos mais diversos tipos de violência, seja preconceito, violência verbal, violência física e sexual. (GARCIA; COSTA; GUIMARÃES; NEVES, 2016. p.190)

Nessas situações de violência e preconceito, a mulher tende a estar mais vulnerável que o homem, por estar mais exposta a violência sexual e por sofrer maior cobrança por parte da sociedade. Segundo o Terceiro Censo da População em Situação de Rua de Belo Horizonte realizado em 2014, 36% das mulheres que responderam à pesquisa afirmaram ser vítimas de violência sexual. Acreditamos que esse seria mais um dos motivos para que as mulheres sejam minoria nas ruas.

Percebe-se ainda que há um mascaramento na condição de rua. Durante as entrevistas com os usuários também foi possível perceber que alguns tentam “disfarçar” a situação de rua, como um recurso paliativo para fugir do preconceito e da violência que sofrem. Pois se não for identificado morador de rua, ele irá receber o mesmo tratamento de qualquer outra pessoa, podendo ir e vir e entrar em qualquer estabelecimento sem ser tratado com indiferença ou rispidez. Ao ser questionado sobre o preconceito vivido nas ruas, um usuário do Centro POP deu a seguinte resposta:

Não. Até porque eu sempre fui um cara tipo assim... Eu sempre sei lá, sempre me dei muito valor, então eu não deixava as pessoas perceberem que eu era morador de rua. Eu sempre andava limpo, com os panos limpos.... Ninguém desconfiava que eu tava morando na rua. Eu chegava no lugar pra dormir e quando dava 5 ou 6 horas da manhã eu já tava acordado, sempre frequentei o Centro POP. Vinha aqui e lavava minhas roupas, tomava meu banho. Nunca andava sujo e maltratado pra ninguém perceber

que eu morava na rua. Mas eu morei na rua e até a minha família desconfiava, ninguém falava que eu morava na rua não. E eu sempre mentia pra minha mãe...não mãe eu tô ficando na casa de um colega meu, porque ela sempre me via limpo, bem arrumado, com boa aparência...mas eu não dava motivo para as pessoas perceberem que eu tava na rua. (Davi, .2017)

Esse mesmo usuário expõe em seu relato que, estar ao em situação de rua automaticamente a pessoa também está exposta à violência e que o mais importante ao morar na rua é saber cultivar as amizades, pois os perigos principalmente durante a noite são diversos e que várias noites já foram passadas em claro por medo de sofrer alguma violência e morrer enquanto dorme.

Ainda segundo esse entrevistado, as pessoas acreditam que o fato de estar na rua significa também que eles não possuem família, amigos e que ninguém se importa com eles, nem mesmo aqueles que teoricamente deveriam protegê-los, como é o caso da polícia.

Um exemplo dessa exposição a violência é o massacre ocorrido na Praça da Sé em 2004 na cidade de São Paulo. Segundo Melo (2016), esse acontecimento ficou conhecido como “Massacre da Praça da Sé”, onde 15 pessoas em Situação de Rua sofreram violência e 7 morreram. Ainda de acordo com Melo, suspeitava-se que os responsáveis por essa ação foi um grupo de extermínio, organizado por agentes da polícia ou agentes de segurança privada que trabalhavam para comerciantes no entorno da Praça da Sé. Essa execução teria sido encomendada porque a presença de pessoas em Situação de Rua causava incomodo na região.

Outro exemplo de violência é o seguinte relato que traz à tona uma experiência vivida por um dos entrevistados, mostrando claramente o quanto essas pessoas estão expostas ao preconceito e a violência.

Já quebraram até meu dedo. Fui aqui no Marrom Glacê, eu com dez reais na mão era 6 horas da noite, o dono de lá é até um boliviano. Eu falei...faz um favor de arrumar um marmite pra mim, ele atravessou o balcão e me empurrou, eu falei que tenho dinheiro e com pouco chegou 3 caras atrás de mim e falou: o coroa, racha fora daqui cara, aqui não é lugar de munhá (pedir). Não, não tô pedindo não. Aqui não tem comida não rapaz. Aí eu virei as costas ele foi e me deu uma pesada nas costas, eu caí e bati no chão e ele me deu um chute. (João, 2017)

Não é difícil perceber também que em alguns casos a violência vem por parte dos próprios companheiros de rua. Os motivos dos conflitos entre si podem ser diversos, nas entrevistas os motivos que mais apareceram foram pelo uso de drogas e pela demarcação do território. O que significa que, mesmo vivendo em grupos e tendo amigos que estão na mesma situação, a vida nas ruas é solitária e cada dia que passa surge um desafio novo a ser enfrentado.

A descrença na justiça e a impunidade aumentam os casos de violência contra a população em situação de rua e faz com que o medo seja constante na vida dessas pessoas.

O preconceito gera um estigma tão grande nessas pessoas que mesmo vivendo nas ruas, eles acabam sendo enxotados dos lugares onde costumavam permanecer e passar as noites. Essa atitude extremamente comum em Conselheiro Lafaiete faz com que surja mais uma incerteza na vida desses sujeitos, pois encontrar um local seguro para pernoitar é um grande desafio. Como mostra o relato dos seguintes entrevistados: João (2017). “Eu já nem encontro lugar aqui na rua para ficar não, eu não sou quizumbreiro” José (2017). “As vezes fico perto do rio, as vezes não sei onde dormir. Tem hora que vou para Congonhas, até eu arrumar um serviço ”

Pomos notar que para ser aceito, quem mora na rua precisa ser “comportado” e “silencioso”, ou seja, permanecer escondido. Durante as entrevistas pudemos perceber que, quando perguntados sobre como é vida nas ruas, as respostas foram unânimes, todos disseram não gostar de estar nessa situação, mas se veem sem outros caminhos a seguir, é como se eles estivessem presos em sua própria liberdade, sem outra perspectiva de vida.

A vida nas ruas se torna tão desgastante que não é incomum encontrar pessoas em estado de depressão profunda e nessas condições o pensamento em suicídio é recorrente na vida de alguns desses sujeitos. Fato que mais uma vez mostra o quanto o Estado é negligente com pessoas que estão em vulnerabilidade social e que dependem do serviço público para manutenção de sua vida.

Eu já comprei umas pedras de chumbinho e deixei guardado, mas não tive aquela força para fazer ne. Eu oro todo dia, eu deito e oro o pai nosso e o

salmo 23, aí eu falo Deus, se eu não tenho conserto na minha vida, o senhor é dono de tudo e me criou, eu vou deitar e peço pro senhor me tirar desse mundo. O maior presente que eu ia receber é o senhor me levar, eu não quero morrer na mão dos outros não, não quero morrer matado e nem quero ter que tirar minha vida. Aí eu deito e se for da vontade de Deus eu acordo, se você acordou é porque ele sabe e tá vendo o que você tá passando, eu tenho o direito de pedir e ele tem o direito de negar, se ele tá te negando é porque ele tem planos pra você mais pra frente. (João.2017)

Além dos relatos dos usuários do Centro POP que comprovam o preconceito e a violência que estes sofrem, foi possível identificar falas de cunho preconceituoso em alguns moradores da cidade, indicando que os CAPS e abrigos deveriam ser como “prisões” para essas pessoas. Essa discriminação fica implícita diante de discursos de benevolência e caridade.

Para essas pessoas, “vive nas ruas somente quem quer” e por ser mais cômodo, pois ao estar em Situação de Rua o sujeito deixa de ter deveres, não precisam seguir regras, não têm a necessidade e nem querem trabalhar, pois ganham tudo aquilo que necessitam. Não reconhecendo o direito de ocupar os espaços da rua, os direitos constitucionais desses sujeitos possuem, como o direito à alimentação, moradia, saúde entre outros e desconhecendo os diversos fatores da estrutura social que os levam a essa forma de vida.

Para uma parte da sociedade de Conselheiro Lafaiete, o Centro POP age como um facilitador e incentivador para essas pessoas não mudarem de vida, alguns chegam a dizer que o Centro POP é um criadouro de vagabundos. Deixando claro que essas pessoas não merecem ter seus direitos preservados.

O trecho da entrevista a seguir, mostra claramente que faz parte do senso comum pensar que o direito de estar na rua não existe e que essas pessoas deveriam ser retiradas de lá mesmo contra sua vontade, nem que para isso seja usada a repressão policial.

Acho que deveriam pegar mais firme, ser mais duros para resolver essa questão. Eu já notei isso... Ah não quer, então estão deixando pra lá. Deveriam arrumar um lugar pra eles ficarem mesmo, porque eu acho que se juntasse governo, prefeitura e Centro POP e tentassem construir um lugar pra colocar esse pessoal, se pedisse autorização pro juiz, se pedisse ajuda pra polícia, guarda municipal... Pra tirarem eles daqui, mas sem usar a

violência, mas ter um lugar pra eles dormirem, pra ficar...e lá a assistente social fazer eles voltarem para o lar, para a família.(José.2017)

Nesse trecho da entrevista e em conversas que tivemos com outros moradores, é possível identificar o apoio a práticas higienistas, como se estas ações fossem desenvolvidas a favor de quem está na rua.

Em conversa com alguns desses moradores, percebe-se que estes veem os abrigos e os CAPS como um depósito de pessoas indesejadas. Um local onde quem está em situação de rua deveria ser obrigado a ir e assim eles deixariam de oferecer risco à sociedade, já que esses sujeitos são vistos como loucos e perigosos.

Como a discriminação fica escondida no interior da sociedade, às vezes disfarçada de ajuda e benevolência e ninguém se vê como uma pessoa preconceituosa, os moradores da cidade também relatam não tratar mal, mas assumem sentir medo quando se depara com alguém que está em Situação de Rua.

Eu nunca tratei mal e nunca distratei ninguém e nem nenhum deles. Porque a gente nunca sabe o que trouxe eles pra essa vida, as vezes é por causa do crack, da droga, do vício. Mas nunca tratei mal, eles são seres humanos e a gente não deve tratar ninguém mal. Muitas pessoas podem ficar com receio de chegar perto ne...quando é a noite, de madrugada e tal com medo de acontecer alguma coisa, mas no meu caso, eu nunca tratei mal e nem vou tratar, tem que ter o respeito e sempre tem que ter um limite mas tratar mal jamais. (José.2017)

É possível observar o preconceito também dentro da rede de assistência. Um grande exemplo disso é a dificuldade em conseguir o apoio e o trabalho em conjunto com a saúde. Eu como estagiária do Centro POP, pude presenciar as diversas vezes em que o SAMU foi negligente em atender as demandas que eram encaminhadas, deixando de atender a diversas demandas. Segundo um trabalhador do Centro POP, esse é o principal dificultador para o bom desempenho do serviço.

É uma demanda que é cheia de preconceitos, então isso dificulta muito, porque os trabalhos ficam fracionados porque o trabalho é em rede e a gente encontra preconceito na própria de rede socioassistencial, mas é um trabalho que está crescendo, se desenvolvendo e se organizando. A dificuldade é em melhorar o trabalho em rede mesmo, com a segurança pública, com a saúde, com a própria assistência social. A dificuldade é o trabalho em rede. (Elisa.2017)

As dificuldades, o preconceito e a cobrança vêm dos mais diversos locais, tanto de outros setores públicos quanto da sociedade, que cobram uma mudança no cenário da cidade, ou seja, sem pessoas morando na rua, promovendo e apoiando as práticas higienistas.

Apesar da cobrança feita pelos setores públicos, o próprio município não oferece o devido suporte a essa população. A criação de abrigos e de consultórios de rua seria de grande importância para atender as demandas trazidas pela população em Situação de Rua, pois estas seriam mais uma alternativa para intervenção.

Um grande problema encontrado é a localização do Centro POP, pois segundo a tipificação, este deve permanecer em locais próximos a localização onde se encontra maior volume de pessoas em Situação de Rua. Porém o Centro POP de Conselheiro Lafaiete está localizado em um bairro nobre e mesmo estando próximo aos locais onde a maioria da População em Situação de Rua se encontra, isso faz com que os vizinhos pressionem para que o setor seja retirado desse bairro. Surge então uma nova forma de preconceito.

Os vizinhos não querem o serviço por perto porque entendem que é um incômodo, porque o tempo inteiro tem população em situação de rua por aqui. Então é um incômodo muito grande, hoje é um pouco menos...mas a gente ainda tem a questão de um vizinho que ele não aceita mesmo o serviço, então ele costuma jogar lixo na nossa porta, filmar, tirar fotos, fazer reclamações no judiciário, pra imprensa, com o prefeito...então de toda forma o desejo dele é que o setor saia daqui, até porque nós estamos de frente para a casa dele, então isso é um desafio, um desafio que já é previsto na política. Aqui é um pouco mais acentuado porque o Centro POP está localizado em um bairro nobre, um bairro onde a condição financeira é mais alta, então isso também foi um dificultador. Mas definiu por este local porque a casa tem uma localização próxima a rodoviária e também porque a casa tinha todas as características pra atender o serviço, então por isso foi escolhida essa casa, mas ainda hoje é um desafio, especialmente esse vizinho, com os outros a gente consegue levar...mas com esse especificamente é um grande desafio. (Elisa.2017)

Assim, atualmente o Centro POP trabalha no enfrentamento ao preconceito e garantindo o direito dessas pessoas. Levando a comunidade que a saída da Situação de Rua é um processo que pode ser lento, que a rua também pode se tornar um vício, mostrando que cada indivíduo é um sujeito único, que possui vontade própria e detém autonomia para decidir a forma como deseja levar a vida.

3.3 Desejos, Sonhos e Conquistas

Apesar dos inúmeros desafios enfrentados pela população em situação de rua, foi possível perceber que em muitos ainda há a esperança de conseguir mudar o trajeto de suas vidas.

Foi unânime entre os entrevistados o desejo de sair da Situação de Rua. Eles acreditam que os maiores empecilhos são o desemprego e o vício em álcool e outras drogas. Essa queixa surge principalmente daqueles que perderam o vínculo familiar, pois segundo eles, sem o apoio de um amigo ou parente esse caminho se torna mais árduo, dado que, o caminho se torna triste e solitário. Como relata o entrevistado abaixo.

Meu sonho é encontrar um lugar pra morar, um lugar tranquilo e principalmente fora da cidade. Igual eu já pejei pra ver se arrumava um serviço de tomar conta de fazenda, não é pra mexer com tudo não, é tipo um caseiro. É pra eu tomar conta, vigiar porque o pesado mesmo não é comigo não, esses serviços de foice e enxada eu não aguento mais não, já to com 54 anos. Eu to acabado com a saúde...voltei a usar droga pesada de novo, voltei a beber de novo. E fui pra rua e la você dobra tudo o que fazia de errado se bebia agora bebe 50, se fumava um, fuma 10, 20...é difícil. (João.2017)

Além do sonho de voltar a viver em uma casa e “se livrar do vício”, muitos usuários também demonstram a vontade de voltar a estudar, terminar o ensino médio e até fazer uma faculdade. Sonho este que não seria tão difícil de ser realizado se as políticas de educação fossem mais inclusivas e menos excludentes. Lembrando que a educação é um direito de todos, sem distinção de raça, classe social, sexo ou religião.

No Centro POP de Conselheiro Lafaiete há dezenas de casos de pessoas que deixaram o vício em drogas, alguns sem o apoio de clínicas de recuperação ou CAPS, e que conseguiram sair da Situação de Rua. Nesses casos, vemos a importância do apoio da família e de ser respeitada a vontade do próprio sujeito.

Eu por enquanto não tô na rua, eu ajudo as pessoas que estão na rua. Só por causa que eu tinha briga com meu padrasto e hoje em dia meu padrasto me aceita. Eu to com a minha mãe. Igual eu trouxe um colega meu aqui porque ele tem muito tempo que tava fora, e ele não sabia o endereço do Centro POP. Por enquanto eu to na casa da minha mãe ainda, mas eu não rejeito o pessoal da rua. Porque eu já fui morador de rua e é isso aí, a situação tá difícil, você vai naquele SINE e não tem emprego, então é isso aí. A minha mãe me deu uma segunda chance, eu to lá com minha mãe e é

isso aí. Mas eu vim aqui hoje porque eu gosto muito das pessoas que me trataram bem e eu não sou melhor que ninguém. (Davi,2017)

O trecho da entrevista citado acima mostra que, é essencial criar um vínculo com o usuário, transmitindo a ele confiança e segurança. Mostrando a cada usuário que ele é um sujeito de direitos e que mesmo sendo um processo lento é possível vencer os obstáculos que são produzidos pelo modo de produção capitalista, garantindo o acesso a seus direitos possibilitando a construção de uma nova trajetória de vida.

A vida nas ruas tende a ser um processo difícil, doloroso e por vezes solitário. Não basta apenas atender as demandas de forma imediata, é preciso fazer um longo trabalho para recuperar sua cidadania, estreitar os laços e vínculos familiares e sociais, além de promover a sensibilização da sociedade sobre os direitos desses sujeitos, a fim de extinguir a violência e o preconceito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa foi uma grande realização pessoal e não tenho a pretensão de encerrar meus estudos sobre a população em Situação de Rua por aqui. Gostaria de ter ido além do que já foi feito, expondo para a equipe e usuários do Centro POP de Conselheiro Lafaiete o resultado desta pesquisa, mas infelizmente, devido a alguns desencontros não foi possível concretizar esse desejo.

Ainda há muito que ser desvendado e esclarecido sobre as pessoas que vivem nas ruas, tanto em relação ao preconceito do qual são vítimas, quanto para adquirir maior conhecimento e produzir o debate sobre os direitos que lhes são negados.

Ao trazer a história, vemos que existe todo um contexto social que produz a divisão de classes. Que o modo de produção capitalista exclui todos aqueles que não se adaptam a ele, causando também a exclusão social desse sujeito. A perversidade deste modo de produção faz o próprio individuo se culpar pela situação que vive.

Como já foi descrito ao longo dessa monografia, é nas cidades de grande porte e nas metrópoles que a maioria da população em situação de rua se encontra. Entre os inúmeros motivos que levam alguém a viver nessa situação, está a

incessante busca por condições de vida mais dignas e ascensão social, fato criado pelo capitalismo, pois essas pessoas saem de sua terra natal à procura de empregos e melhores salários.

A pesquisa tenta enfatizar as perdas e o processo de conquistas de direitos dessa população, direitos esses que após muita luta, buscamos com a Política Nacional para População em Situação de Rua. Durante a realização dessa monografia, tive acesso às informações do Centro POP de Conselheiro Lafaiete, instituição que luta diariamente na defesa desses direitos e para a promover a autonomia de seus usuários.

A realização das entrevistas foi fundamental para expor com mais clareza o a vivência nas ruas, suas dificuldades, enfrentamento do preconceito, seus sonhos e conquistas.

Ao realizar essa pesquisa me deparei com diversas formas de preconceito que normalmente ficam veladas no interior da sociedade. Além dos relatos de pessoas em Situação de Rua sobre como são recebidos pela sociedade, presenciei também durante esse curto período de aproximação a esses sujeitos, que a sociedade tende a julgar seus comportamentos e a culpabilizar o indivíduo por sua situação.

Presenciei falas que deveria existir um abrigo na cidade de Conselheiro Lafaiete para que essas pessoas pudessem ficar. Porém esse abrigo, na opinião dos entrevistados, não seria usado como forma para garantir um direito assegurado por lei ou ainda como um auxílio para a promoção de sua autonomia e talvez seguir um outro caminho fora da Situação de Rua. Mas sim como forma de higienizar a cidade, tirar de frente dos olhos uma parte da população que incomoda e que merece ficar escondida.

Por se tratar de histórias de vidas extremamente complexas, o resgate da autoestima e da autonomia são fundamentais para quem vive nas ruas. Consideramos que ao potencializar as habilidades dessas pessoas, novas alternativas e possibilidades de vida podem ser traçados. Será preciso conhecer a vontade de cada sujeito, pois estar em Situação de Rua não pode ser caracterizado como algo incorreto se esse for o seu desejo.

Algumas dessas pessoas, justamente por escolher viver dessa forma, fora dos padrões, são taxadas de loucas ou perigosas. Mas será que a loucura está em quem escolhe por viver a sua liberdade e assume as consequências dessa escolha ou a loucura está em quem vive preso aos padrões e regras que são impostas pela sociedade?

Diante das diversas questões já apontadas e de acordo com a Política Nacional de Inclusão de Pessoas em Situação de Rua, acredito que o trabalho a ser desenvolvido com essa parcela da população deva estar voltado para a construção de uma nova trajetória de vida, para a promoção de sua autonomia, garantia de direitos e cidadania mas sempre respeitando suas escolhas e especificidades, resguardando o sujeito de qualquer ação vexatória, de violências físicas e psicológicas e dos preconceitos já enraizados na sociedade.

Tal trabalho mostra-se como um desafio aos serviços multiprofissionais, pois deve estar articulado com toda a Rede socioassistencial como saúde, assistência e previdência, em intervenções articuladas e possibilitando a proteção social integrada. Deve se também buscar fortalecer os laços familiares que geralmente encontram-se fragilizados ou rompidos, conhecer a história de cada indivíduo e estabelecer vínculo com os sujeitos envolvidos nessa Rede.

Diante de todos os fatores que já foram apresentados, deixo aqui um questionamento: A geração de emprego e renda, capacitação profissional e incentivo à educação e escolarização para pessoas em Situação de Rua, de modo a facilitar sua saída das ruas, obter uma moradia convencional e assegurar condições tradicionais de vida, seria uma atitude de grande valia, ou estaríamos apenas colaborando com um sistema que oprime aqueles que não se adequam a ele?

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério Público Federal / Procuradoria Federal Dos Direitos Do Cidadão. **Cartilha: Direito à Saúde Mental**. Brasília

_____, **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para população de rua – Centro Pop. SUAS e a População de Rua. SUAS e População em Situação de Rua. Vol. 03, Brasília. 2011.

_____, **Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua**. Governo Federal. Brasília. Maio de 2008.

_____, **Ministério da Saúde**, Portaria Nº 2.488, de 21 de outubro de 2011 (Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html). Acessado em: 15/11/2017

_____, Portaria Nº 1.028, de 1º de julho de 2005. http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2005/prt1028_01_07_2005.html acesso em 20/01/18

_____, **Texto de Orientação para o Reordenamento do Serviço de Acolhimento Para População Adulta e Famílias em Situação de Rua**. (Disponível em: <https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/fcd74bd2-b062-4b8b-b8bf-12caf78d9003.pdf>). Acessado em 17/11/2017.

DUARTE, Marco José de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia; GOMES, Tathiana Meyre da Silva. **Serviço Social, Saúde Mental e Drogas: políticas públicas e direitos humanos**. São Paulo. Papel Social, 2017

É de Lei (Disponível em <http://edelei.org/pag/reducao-danos>). Acessado em 24/12/2017

FREITAS, Cledione Jacinto de. **“Os indesejáveis”: agentes públicos e a gestão da mobilidade de trecheiros e pessoas em situação de rua**. Dissertação (Mestrado em psicologia), Universidade Estadual Paulista. 2014

_____, JUSTO, José Sterza. **Políticas Públicas e a Gestão de Mobilidade de Trecheiros em Cidades Pequenas**.

GARCIA, Frederico; COSTA, Michelle Rali da; GUIMARÃES, Lívia Pires; NEVES, Maila de Castro Lourenço das. **Vulnerabilidade e Uso de Drogas**. Belo Horizonte. 3l, 2016

Huffpost (Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2016/10/21/pesquisa-aponta-que-uso-do-crack-e-consequencia-e-nao-caoa-de-e_a_21699607/). Acessado em: 27/10/2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS. Ano II, Nº3, 2001.

IANNI, Octavio **A Questão Social**. Revista USP. 1989

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). (Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=311830>). Acessado em: 20/01/2018.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. (2017). (Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29303). Acessado em: 29/07/2017.

Klaumann, Alexandre da Rocha. **Moradores de Rua – Um Enfoque Histórico e Socioassistencial da População em Situação de Rua no Brasil: A Realidade do CENTRO POP De Rio do Sul/SC**. 2015.

LIMA, Eloisa Helena. **Educação em saúde e uso de drogas: Um estudo acerca da representação da droga para jovens em cumprimento de medidas socioeducativas**. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-filosóficos**. 1.ed. São Paulo. Boitempo 2004

_____, O Capital. Crítica da economia política. Livro primeiro, Tomo II. São Paulo: Difusão Editorial S.A., 1984.

Melo, Tomáz. **Novas Faces da Vida nas Ruas**. 1ed. Coleção Marginalia de estudos Humanos. EdUFSCar, 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. 8.ed. São Paulo. Cortez, 2012.

Mendes, Célia Regina Pessanha; Horr, João Fillipe. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-AD. **Revista Psicologia e Saúde**, vol.6 nº.1 Campo Grande jun. 2014 (Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000100012). Acessado em: 24/10/2017

ROTA da Reciclagem (Disponível em: <http://www.rotadareciclagem.com.br/cooperativa/5862>). Acessado em: 19/12/2017

Santos, Dijane da Silva; Souza Ingrid Almeida de. **O Assistente Social na Política de Redução de Danos**: a busca da efetivação de direitos. VIII Jornada Internacional de Políticas Publica. Universidade Federal do Maranhão, 2015.

Silva, Maria Lucia Lopes da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo. 1ed. Cortez, 2009.

Souza, Caroline Santos de. **Significados da Rede de Atenção Psicossocial para Pessoas em Situação de Rua em Tratamento de álcool e outras Drogas em Curitiba 2017**. Dissertação (Mestrado em psicologia). Universidade Tuiuti Do Paraná. 2017.

TRINDADE, Francisco. **Os desempregados são o exército industrial de reserva do capitalismo** (Disponível em:

<http://franciscotrindade.blogspot.com.br/2013/07/os-desempregados-sao-o-exercito.html>). Acessado em: 05/11/ 2017.